

Art. 2º - A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar com transparência os mecanismos de comunicação, os serviços prestados, as formas do seu acesso, a sua obtenção, os requisitos e procedimentos necessários, os prazos praticados, bem como os respectivos compromissos de atendimento com o usuário de todos os serviços oferecidos pela Fundação Santa Cabrini.

Art. 3º - A Carta de Serviços ao Usuário será objeto de atualização, divulgação permanente, de fácil acesso ao público em sítio oficial e nos locais de atendimentos realizados pela Fundação Santa Cabrini - FSC.

Parágrafo Único - A atualização será realizada pela Ouvidoria e a Assessoria de Comunicação (ASCOM) da FSC, baseada no monitoramento das atividades e a avaliação do cidadão e da sociedade em relação aos serviços prestados, disponibilizando a data da atualização mais recente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020

DARCY LUIZ MOREIRA DA SILVA AZEVEDO
Presidente

Id: 2248004

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR-GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 4538 DE 13 DE ABRIL DE 2020

APROVA O PROGRAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõem a Lei Estadual nº 772, de 22 de agosto de 1984, o Decreto nº 21.037, de 5 de dezembro de 1994, a Portaria CEE nº 3.712, de 28 de março de

2019, publicada no D.O. de 1º de abril de 2019, que, ao homologar o Parecer CEE nº 19, de 19 de março de 2019, credenciou a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) como Escola de Governo,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e instituir o Programa e o Corpo Docente da Pós-Graduação Latu Sensu em Advocacia Pública da Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, conforme constam dos Anexos que fazem parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020

MARCELO LOPES DA SILVA
Procurador-Geral do Estado

ANEXO I

RESUMO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA (ESAP/PGE-RJ)

COORDENAÇÃO-GERAL:
BRUNO BOQUIMPANI DA SILVA
RODRIGO BORGES VALADÃO

EIXO FUNDAMENTAL

01. Teoria do Direito (18h-aula)
Coordenação: **MARCELO SANTINI BRANDO**
02. Princípios Institucionais da Advocacia de Estado (12h-aula)
Coordenação: **SÉRGIO LUIZ BARBOSA NEVES**
03. Novas Tendências em Direito Constitucional (30h-aula)
Coordenação: **FELIPE DE MELO FONTE**
04. Novas Tendências de Direito Administrativo (36h-aula)
Coordenação: **JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA**
05. Gestão Pública e Advocacia de Estado (24h-aula)
Coordenação: **ALZEMER BRITTO**

EIXO CONSULTIVO

06. Assessoria e Consultoria Jurídica em Projetos de Infraestrutura (36h-aula)

COORDENAÇÃO:

THIAGO CARDOSO ARAÚJO

07. Direito e Políticas Públicas (18h-aula)
Coordenação: **ALICE BERNARDO VORONOFF DE MEDEIROS**
08. Direito Ambiental e Sustentabilidade (18h-aula)
Coordenação: **RAFAEL DAUDT D'OLIVEIRA**
09. Advocacia Pública Fiscal e Tributária (30h-aula)
Coordenação: **VANESSA HUCKLEBERRY PORTELLA SIQUEIRA**
10. Sistemas de Integridade Pública e Privada (18h-aula)
Coordenação: **BRUNO FERNANDES DIAS**
11. Contratos Administrativos e Responsabilidade Civil do Estado (24h-aula)

COORDENAÇÃO:

FLÁVIO MÜLLER PUPO

EIXO CONTENCIOSO

12. Fazenda Pública em Juízo (30h-aula)
Coordenação: **MARCO ANTÔNIO RODRIGUES**
13. Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos (18h-aula)
Coordenação: **FLÁVIO AMARAL GARCIA**
14. Relações Contratuais de Trabalho da Administração Pública (12h-aula)
Coordenador: **VICTOR FARJALLA**
15. Regime Jurídico dos Servidores Públicos (12h-aula)
Coordenador: **ANTÔNIO JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE**
16. Regime Previdenciário dos Servidores Público (12h-aula)
Coordenadores: **ERICK RIBEIRO TAVARES**
17. Defesa de Políticas Públicas em Juízo (18h-aula)
Coordenação: **FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMANN**

EIXO METODOLÓGICO

18. Metodologia do Trabalho Científico (30h-aula)
Coordenação: **PEDRO HENRIQUE VEIGA CHRISMANN**

TEMPO TOTAL: 396 hr-aula

ANEXO II

QUADRO DE DISCIPLINAS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA (ESAP/PGE-RJ)

EIXO BÁSICO

DISCIPLINA	SIGLA	C/H	PRÉ-REQUISITOS	CH TOTAL
Teoria do Direito	TED	18		
Princípios Institucionais de Advocacia de Estado	PAE	12		
Tópicos Avançados em Direito Constitucional	TDC	30		
Tópicos Avançados em Direito Administrativo	TDA	36		
Gestão Pública e Advocacia de Estado	GAE	24		

EIXO CONSULTIVO

DISCIPLINA	SIGLA	C/H	PRÉ-REQUISITOS	CH TOTAL
Assessoria e Consultoria Jurídica em Projetos e Infraestrutura	ACI	36	TED; PAE; TDC e TDA	
Direito e Políticas Públicas	DPP	18	TED; PAE; TDC e TDA	
Direito Ambiental e Sustentabilidade	DAS	18	TED; PAE; TDC e TDA	
Advocacia Pública Fiscal e Tributária	AFT	30	TED; PAE; TDC e TDA	
Sistema de Integridade Pública e Privada	SIP	18	TED; PAE; TDC e TDA	

EIXO CONTENCIOSO

DISCIPLINA	SIGLA	C/H	PRÉ-REQUISITOS	CH TOTAL
Contratos Administrativos e Responsabilidade Civil do Estado	CAR	24	TED; PAE; TDC e TDA	
Fazenda Pública em Juízo	FPJ	30	TED; PAE; TDC e TDA	
Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos	MRC	18	TED; PAE; TDC e TDA	
Relações Contratuais de Trabalho da Administração Pública	RCT	12	TED; PAE; TDC; TDA e FPJ	
Regime Jurídico dos Servidores Públicos	JSP	12	TED; PAE; TDC; TDA e FPJ	
Regime Previdenciário dos Servidores Públicos	PSP	12	TED; PAE; TDC; TDA e FPJ	
Defesa de Políticas Públicas em Juízo	PPJ	18	TED; PAE; TDC; TDA e FPJ	

EIXO CONTENCIOSO

DISCIPLINA	SIGLA	C/H	PRÉ-REQUISITOS	CH TOTAL
Metodologia do Trabalho Científico	MET	30	TED	
				396

ANEXO III

PROGRAMA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA (ESAP/PGE-RJ)

COORDENAÇÃO-GERAL:
BRUNO BOQUIMPANI DA SILVA
RODRIGO BORGES VALADÃO

A) EIXO FUNDAMENTAL

MÓDULO I - Teoria do Direito

Coordenação: **MARCELO SANTINI BRANDO**
Carga Horária: 18 hr-aula

Ementa: Moral e Direito. Positivismo clássico e contemporâneo. Positivismo exclusivo e inclusivo. Jusnaturalismo clássico e contemporâneo. Realismo jurídico. Antipositivismo. Normatividade e dever. Norma e seu aspecto psicológico. A noção de autoridade. Racionalidade, cognição e Direito. Normatividade moral, normatividade convencional ou normatividade sui generis. Direito enquanto serviço. Direito e linguagem normativa. Os problemas linguísticos e os entraves jurídicos. Regras e os modelos de tomadas de decisão. Princípios e completude do ordenamento jurídico. Modelagem institucional e legitimidade decisional.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Compreender as questões teóricas que fundamentam o funcionamento do Direito enquanto construto social.

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a entender os problemas e dificuldades que podem surgir na aplicação do Direito, bem como permitir a análise de sua justificativa enquanto ferramenta dotada de autoridade.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Eventuais apresentações de textos originais e palestras de convidados.

Programa: Moral e Direito no debate clássico. Moral e Direito no debate atual. Normatividade, convenções e autoridade do Direito. Direito, linguagem e as possibilidades interpretativas.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Fábio Perin Shecaira, Fernando Fróes Oliveira, Noel Struchiner, Marcelo Santini Brando, Pedro Henrique Veiga Chrismann, Rodrigo Borges Valadão.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Moral e Direito no Debate Clássico**

Ementa: Jusnaturalismo. Escola Histórica do Direito. As origens do Positivismo Jurídico na 2ª metade do Século XIX. Teoria Pura do Direito: entre teses e mitos. Desdramatização do debate positivismo vs jusnaturalismo.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Moral e Direito no Debate Atual**

Ementa: Positivismo exclusivo e positivismo inclusivo. Jusnaturalismo contemporâneo e a vinculação normativa. Antipositivismo em Dworkin e Alexy.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Normatividade, convenções e autoridade do Direito (Parte 1)**

Ementa: A noção de norma e a capacidade de imposição de deveres. A dinâmica social e o aspecto interno das regras jurídicas. Autoridade e razões excludentes.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Normatividade, convenções e autoridade do Direito (Parte 2)**

Ementa: Normatividade moral ou normatividade convencional. Direito enquanto um serviço. Racionalidade, cognição e normatividade.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Direito, linguagem e as possibilidades interpretativas (Parte 1)**

Ementa: Norma e proposição normativa. Os problemas linguísticos e os entraves jurídicos. A noção de regras e os problemas em seus usos. Modelos de tomada de decisão baseados em regras.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **Direito, linguagem e as possibilidades interpretativas (Parte 2)**

Ementa: Princípios, completude do ordenamento e a possibilidade de uma única resposta correta. Design institucional: entre confiança, capacidade e legitimidade.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

- ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. São Paulo: Landy Livraria e Editora, 2001.
DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
HART, Herbert L. A. O Conceito de Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 4ª Edição, 2005.
KELSEN, Hans [1934]. Introduction to the Problems of Legal Theory. Oxford: Oxford University Press, 2002.
MACCORMICK, Neil. Argumentação Jurídica e Teoria do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
RAZ, Joseph. Razão prática e normas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
SCHAUER, Frederick. Playing by the rules. Nova York: Oxford University Press, 2002.

SHECAIRA, Fábio et STRUCHINER, Noel Teoria da Argumentação Jurídica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2009.
AMADO, Juan Antonio Garcia. É possível ser Antikelseniano sem mentir sobre Kelsen? Rio de Janeiro: Revista da EMERJ, v. 21, n.2, p. 52-118, maio-agosto, 2019. (http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistae-emerj_online/edicoes/revista_v21_n2/revista_v21_n2_52.pdf).
AMADO, Juan Antonio Garcia. Jusmoralismo(s). Dworkin, Alexy, Nino. Arequipo: Legisprudencia, 2014.
AMADO, Juan Antonio Garcia. Sobre el Neoconstitucionalismo y sus Precursores. In: ESPINOSA, Mantilla [org.]. Controversias constitucionales. Bogotá: Universidad del Rosario, 2008.
ATIENZA, Manuel. As Razões do Direito. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
AUSTIN, John. The Province of Jurisprudence Determined. Nova York: Prometheus, 2000.
BIX, Brian H. Rules and Normativity in Law. Micha³ Araszkiwicz, Pawe³ Banao³, Tomasz Gizbert-Studnicki e Krzysztof P³eszka (Eds.) Problems of Normativity, Rules and Rule-Following. Cham: Springer, pp. 125-146, 2015.
BIX, Brian H. Legal Positivism and Explaining Normativity and Authority. American Philosophical Association Newsletter, vol. 5, 2006.
BRAND-BALLARD, Jeffrey. Limits of Legality: the ethics of lawless judging. Nova York: Oxford University Press, 2010.
DWORKIN, Ronald. Justice for hedgehogs. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
FINNIS, John. Natural Law and Natural Rights. Segunda Edição. Nova York: Oxford University Press, 2011.
GREEN, Leslie. Positivism and Conventionalism. Canadian Journal of Law and Jurisprudence, Vol. 12, No. 1, pp. 35-52, 1999.
GUASTINI, Riccardo. Das Fontes às Normas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
KELSEN, Hans. O que é Justiça? A Justiça, o Direito e a Política no espelho da ciência. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
MACCORMICK, Neil. Retórica e o Estado de Direito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
MACEDO JUNIOR, Ronaldo P. Do xadrez à cortesia: Dworkin e a teoria do direito contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2013.
MARMOR, A. Philosophy of Law. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011.

MARMOR, A. Social Conventions: from language to law. Nova Jersey: Princeton University Press, 2009.

MARMOR, A. Legal Conventionalism. Jules Coleman (Ed.) Hart's postscript - essays on the postscript to the concept of law. Oxford: Oxford University Press, pp. 193-217, 2001.

PERRY, Stephen R. Hart on Social Rules and The Foundations of Law: Liberating the Internal Point of View. Fordham Law Review, Vol. 75, Issue 3, pp. 1171-1209, 2006.

RAZ, Joseph. O conceito de sistema jurídico: uma introdução à teoria dos sistemas jurídicos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ROSS, Alf. Direito e Justiça. 2ª Ed. Baur: EDIPRO, 2007.

SGARBI, Adrian. Clássicos de Teoria do Direito. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

SHAPIRO, Scott. Legality. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

STRUCHINER, Noel; BRANDO, Marcelo S. Como os juízes decidem os casos difíceis do direito? Noel Struchiner e Rodrigo de Souza Tavares (Orgs.) Novas fronteiras da teoria do direito: da filosofia moral à psicologia experimental. Rio de Janeiro: PoD Editora, pp. 171-216, 2014.

STRUCHINER, Noel. MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

STRUCHINER, Noel. Uma Análise da Noção de Casos Difíceis do Direito em um Contexto Positivista. In: Miranda Netto (Org.) Epistemologia e Metodologia do Direito. Campinas: Millennium, 2011.

STRUCHINER, Noel. Indeterminação e objetividade. Quando o direito diz o que não queremos ouvir. In: Macedo Jr. e Barbieri (Org.) Direito e Interpretação: racionalidades e instituições. São Paulo: Saraiva, 2011.

STRUCHINER, Noel. O direito como um campo de escolhas: por uma leitura das regras prescritivas como relações. In: Rodriguez, Silva e Costa e Barbosa (Org.) Nas Fronteiras do Formalismo. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALADÃO, Rodrigo B. A Definição de Norma Jurídica na Teoria Pura do Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MÓDULO II - Princípios Institucionais da Advocacia de Estado

Coordenação: **Sérgio Luiz Barbosa Neves**
Carga Horária: 12 hr-aula

Ementa: A Advocacia Pública na Constituição Federal. Advocacia Pública e Federação. Advocacia de Estado vs. Advocacia de Governo. Princípios Gerais da Advocacia de Estado. Autonomia técnica. As funções da Advocacia de Estado: Consultoria, Assessoria e Representação Judicial. Controle interno de legalidade e a natureza eminentemente preventiva da Advocacia de Estado. Advocacia Pública e o combate à corrupção. Ética do Advogado Público. Normas deontológicas no Estatuto da OAB e o Código de Ética e Disciplina. Normas disciplinares comuns aos funcionários públicos. Responsabilidade administrativa, cível e criminal do Advogado Público.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Apresentar os princípios gerais da Advocacia de Estado, inclusive aqueles concernentes aos contornos éticos de sua atuação profissional.

Objetivos Específicos: Capacitar o Advogado Público de instrumentos teóricos que garantam o exercício de seu munus público de forma técnica e independente.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: Advocacia Pública na Constituição da República. Autonomia da Advocacia de Estado. Ética do Advogado Público. Responsabilidade do Advogado Público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Carlos Edison Monteiro do Rego, Fabiana Moraes Braga Machado, Marcelo Terto e Silva, Thiago Cardoso Araújo, Ulisses Schwarz Viana.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: A Advocacia Pública na Constituição da República

Ementa: A Advocacia Pública na Constituição Federal. Advocacia Pública e Federação. Advocacia-Geral da União, Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e Procuradorias Municipais. Advocacia de Estado vs. Advocacia de Governo (Burocracia vs. Democracia?). Princípios Gerais da Advocacia de Estado. A Advocacia Pública no Direito Comparado.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: A Autonomia da Advocacia de Estado

Ementa: As funções da Advocacia de Estado: Consultoria, Assessoria e Representação Judicial. A Advocacia Pública nos Ministérios e Secretarias de Estado. Hierarquia vs. Independência técnica. Controle interno de legalidade e a natureza preventiva da Advocacia de Estado. Advocacia Pública e o combate à corrupção. A natureza proativa da atuação da Advocacia Pública e a consensualidade administrativa.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: A Ética do Advogado Público

Ementa: Ética, moral e Direito. Ética Profissional. Ética do Advogado. Ética do Advogado Público. A natureza híbrida da regulamentação da atuação dos Advogados Públicos: normas deontológicas do Estatuto da OAB, do Código de Ética e Disciplina e dos Estatutos Disciplinares dos funcionários públicos. Conflitos éticos. A advocacia plena. A liberdade de cátedra.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: A Responsabilidade do Advogado Público

Ementa: Responsabilidade administrativa, cível e criminal do Advogado Público. Responsabilidade por pareceres e outros atos jurídicos. Processo Administrativo Disciplinar contra Advogados Públicos. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BINENBOJM, Gustavo. O papel da advocacia pública na estabilidade jurídica e no desenvolvimento do país. In: PEDRA, Adriano Sant'Ana; FARO, Julio Pinheiro; VIEIRA, Pedro Gallo (Org.). Advocacia Pública de Estado: estudos comparativos nas democracias Euro-americanas. Curitiba: Juruá, 2014.

CASTRO, Aldemário Araújo. Os contornos da independência técnica do Advogado Público. In: ACCIOLY, Leonardo (Org.). Prerrogativas do Advogado. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2015.

MADUREIRA, Cláudio. Advocacia Pública. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As Funções Essenciais à Justiça e as Procuraturas Constitucionais. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no.45, 1992.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As Funções Essenciais à Justiça na Constituição de 1988. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no.43, 1991.

OLIVEIRA, M.L.P. A Autonomia da Advocacia de Estado: A Contribuição de Diogo de Figueiredo Moreira Neto. In: PEIXINHO et al (org.), Mutações de Direito Administrativo - Estudos em Homenagem ao Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALONSO, A. H. Ética das Profissões. São Paulo: Loyola, 2006.

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica - Ética Geral e Profissional. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. Preposição nº 49.0000.2011.001756-0/COP.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. Preposição nº 49.0000.2019.010402-6/COP. Pedido de Nova Apreciação Quanto ao Contido no §3º do art. 5º do Provimento n. 178/2017, que "Dispõe sobre normas e procedimentos para a transferência da inscrição principal e para a inscrição suplementar nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil". Ano: 2020.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe; FURTADO, Marcus Vinicius. Grandes Temas do Novo CPC - V.2 - Honorários Advocatícios. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2019.

CASTRO, Aldemário Araújo; MACEDO, Rommel. Advocacia Pública Federal: Afirmação como Função Essencial à Justiça. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2016. Disponível em: <https://www.oab.org.br/biblioteca-digital/publicacoes>.

COOPER, T. L. The Responsible Administrator - An Approach to Ethics for the Administrative Role. São Francisco: Wiley, 2006.

DENHARDT, K.D. The Ethics of Public Service. Connecticut: Greenwood, 1988.

DI PIETRO, M.S.Z. Advocacia Pública. Revista Jurídica da Procuradoria, 1996, Disponível na internet.

FILHO, Marçal Justen. Parecer Sobre a Regularidade do Exercício da Atividade Advocatícia por Integrante da Carreira de Procurador do Estado do Paraná, Aprovado em Concurso Público em 1989. Parecer, 2015.

GUEDES, J. C. Souza, Advocacia de Estado - Questões Institucionais para a Construção de um Estado de Justiça. Belo Horizonte: Forum, 2009.

HAZARD JR, G. C. Dondi, A. Ética Jurídica - Um Estudo Comparativo. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

HIROSE, Regina Tamami. Carreiras Típicas de Estado: Desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Forum, 2017.

HOLANDA, F. C. C.. A Advocacia Pública como Tutora da Ética e do Resguardo dos Direitos Fundamentais. Revista da AGU, 2009, disponível na internet.

MAMEDE, G. A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDIETA, M. V. Sanchez, A.I. Ética Pública y Buen Gobierno. Madrid: Tecnos, 2017.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Ética e Funções Essenciais à Justiça no presidencialismo moderno. Revista de Informação Legislativa, no.120. Outubro/Dezembro de 1993. Brasília: Ed. Senado Federal.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

OLIVEIRA, M.L.P. Ética do Advogado Público em Tempos Modernos: Kant, Arendt e Ética Jurídica Pública Contemporânea. Revista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Disponível na internet.

PARIZEAU, Marie-Helene. Ética Aplicada - As Relações entre a Filosofia Moral e a Ética Aplicada. In: Canto - Sperber, Monique, Dicionário de Ética e Filosofia Moral. São Leopoldo: Unisinos, 2003

SANDEL, Michael. Justiça - Fazemos o que devemos? Lisboa: Presença, 2011.

SILVA, José Afonso da. A Advocacia Pública e o Estado Democrático de Direito. Revista de Direito Administrativo, 2002. Disponível na internet.

SILVA, Marcelo Terto e. Advocacia plena: Conveniência e Necessidade para os Serviços Jurídicos de Estado. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/advocaciaplenu.pdf>>

SILVA, Marcelo Terto e. Honorários Advocatícios nas Causas em que a Fazenda Pública é Parte. Artigo.

MÓDULO III - Tópicos Avançados de Direito Constitucional

Coordenação: **FELIPE DE MELO FONTE**
Carga Horária: 30 hr-aula

Ementa: Controle de constitucionalidade. Modelos de controle de constitucionalidade. Legitimidade da jurisdição constitucional. Teoria geral dos direitos fundamentais. Categorias e funções. Dimensões subjetiva e objetiva. Limites e colisões. Proporcionalidade e ponderação. Processo legislativo. Fundamentos teóricos. Processo legislativo ordinário e especial. Processo legislativo orçamentário. Técnica Legislativa (Lei Complementar nº 95/98). Processo Legislativo nos Estados-membros e Municípios. Controle de Constitucionalidade do processo legislativo. Organização do Estado. Características básicas das federações. Modelos alternativos de organização estatal. Design de Estados federais. O Estado federal brasileiro. Conflitos jurídicos na federação brasileira. Intervenção do Estado na Economia. O papel da constituição econômica. Razões para intervenção do Estado na economia. Teoria das falhas de mercado. Teoria das falhas de governo. Intervenção direta do Estado na economia. Intervenção indireta do Estado na economia. Modelos e instituições regulatórias.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O propósito do curso é fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relevantes sobre o estado atual do direito constitucional, voltados à realidade da advocacia pública.

Objetivos Específicos: Conhecer a literatura e conceitos-chave sobre direito constitucional no contexto da advocacia pública. Refletir criticamente sobre a literatura e a jurisprudência a respeito dos mecanismos de proteção da Constituição. Compreender o papel do Estado, do cidadão e do jurista na defesa dos direitos constitucionais. Fomentar o exercício da imaginação institucional. Refletir sobre as reformas necessárias ao aprimoramento do direito constitucional brasileiro.

Metodologia: As aulas serão do tipo expositivo, exigindo-se dos alunos que façam a leitura básica recomendada para cada aula, que será objeto de debates.

Programa: Jurisdição constitucional contemporânea. A teoria geral dos direitos fundamentais no século XXI. Processo legislativo brasileiro. O Estado federal brasileiro. Direito constitucional econômico.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Bruno Vinicius da Rós Bodard da Costa, Carlos Eduardo Frazão do Amaral, Cristiano de Oliveira Taveira, Estevão Gomes Corrêa dos Santos, Felipe de Melo Fonte, Fernando Fróes Oliveira, Gustavo Sampaio Telles Ferreira, Patrícia Perrone Mello, Thiago Magalhães Pires, Victor Campos Clement Leahy.

PLANO DE AULAS

1ª e 2ª Aula (6hr-aula). Tema: Jurisdição Constitucional Contemporânea

Ementa: Modelos de controle de constitucionalidade. Ações de controle de constitucionalidade abstrato no Brasil. Legitimidade da justiça constitucional. Métodos de interpretação constitucional. Controle de constitucionalidade não-judicial. A ascensão institucional do Judiciário. A judicialização da política e das relações sociais. O ativismo judicial.

3ª e 4ª Aula (6hr-aula). Tema: A Teoria Geral dos Direitos Fundamentais no século XXI

Ementa: Teoria geral dos direitos fundamentais. Perspectiva histórica. O conceito de direitos fundamentais. Categorias e funções. Titulares. Início e fim. Efeito horizontal. Dimensões subjetiva e objetiva. Limites e colisões. Proporcionalidade e ponderação. Os novos direitos fundamentais.

5ª e 6ª Aula (6hr-aula). Tema: Processo Legislativo Brasileiro

Ementa: Processo legislativo. Fundamentos teóricos. Processo legislativo ordinário: iniciativa, deliberação. Comissões e Plenário. Processo legislativo sumário. Urgência. Processo legislativo especial. Processo legislativo orçamentário. Lei Complementar. Lei Ordinária. Lei Delegada. Medida Provisória. Decreto Legislativo e Resoluções. Reforma Constitucional. Técnica Legislativa (Lei Complementar nº 95/98). Processo Legislativo nos Estados-membros e Municípios. Controle de Constitucionalidade do processo legislativo.

7ª e 8ª Aula (6hr-aula). Tema: O Estado Federal Brasileiro

Ementa: Organização do Estado. Origens históricas do Estado federal. Características básicas das federações. Modelos alternativos de organização estatal. Design de Estados federais. O Estado federal brasileiro. União. Estados membros. Municípios. Territórios. Repartição de competências na Constituição de 1988. Competências materiais e legislativas. Intervenção. Princípio da simetria. Conflitos jurídicos na federação brasileira.

9ª e 10ª Aula (6hr-aula). Tema: Direito Constitucional Econômico
Ementa: Intervenção do Estado na Economia. Liberalismo clássico. Estado de bem-estar social. O papel da constituição econômica. Razões para intervenção do Estado na economia. Teoria das falhas de mercado. Teoria das falhas de governo. Intervenção direta do Estado na economia. Intervenção indireta do Estado na economia. Modelos e instituições regulatórias. Limites à regulação da economia. Livre iniciativa. Proporcionalidade. Consequências da intervenção. Responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 7a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. 5a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5a. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERREIRA, FILHO. Manoel Gonçalves Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SARMENTO, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. 2a. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SILVA, José Afonso da. Princípios do processo de formação das leis no direito constitucional. São Paulo, 1964.

TORRES, Ricardo Lobo (org). Teoria dos direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello. Medida provisória e a sua conversão em lei. São Paulo: RT, 2004.

ARANDA ÁLVAREZ, Elviro. Los actos parlamentarios no normativos y su control jurisdiccional. Madrid: Centro de Estudios Políticos Y Constitucionales, 1998.

BALDASSARE, Antônio. Los derechos sociales. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2013.

BARCELLOS, Ana Paula. Ponderação, racionalidade e atividade jurisdiccional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BRANDÃO, Rodrigo. Supremacia judicial versus diálogos constitucionais: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

CYRINO, André Rodrigues. Direito constitucional regulatório. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Dimensões do ativismo judicial do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DECKER, Christopher. Modern economic regulation: an introduction to theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

DEVOLVÉ, Pierre. Droit public de l'économie. Paris: Dalloz, 1998.

LEONCY, Leo Ferreira. Controle de constitucionalidade estadual. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário. 3a. Ed. São Paulo: RT, 2012.

MENDES, Conrado Hubner. Controle de constitucionalidade e democracia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEGRI, André Del. Controle de constitucionalidade do processo legislativo. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

HIRSCHL, Ran. Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism. Harvard: Harvard University Press, 2004.

PECES BARBA MARTINEZ, Gregorio. Curso de derechos fundamentales: teoria general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1995.

PEREIRA, Jane Gonçalves Pereira. Interpretação constitucional e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SARLET, Ingo. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12a. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARMENTO, Daniel (coord). Jurisdição constitucional e política. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SUNSTEIN, Cass R. Dignifying democracy: what constitutions do. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VENANCIO FILHO, Alberto. A intervenção do Estado no domínio econômico. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MÓDULO IV - Tópicos Avançados de Direito Administrativo

Coordenação: **JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA**
Carga Horária: 36 hr-aula

Ementa: A teoria geral da inovação e o Direito Administrativo: limites e possibilidades. As tendências interpretativas acolhidas pelas alterações da LINDB junto ao Direito Administrativo. As tendências organizacionais: desestatização, amadurecimento do Estado-empresário e técnicas de convergência federativa. O ato administrativo: ainda existe? A vexata quaestio de seus atributos. O silêncio administrativo. O poder de polícia: existência, atributos e delegabilidade. A teoria geral da regulação jurídica e seus agentes institucionais. A incidência da consensualidade junto aos atos e contratos públicos. Inovações junto à seleção e à contratação pública. Como pensar a mudança e a permanência no Direito Administrativo brasileiro?

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O objetivo geral do módulo é capacitar o estudante a conhecer e realizar análise empiricamente validada a respeito das tendências do Direito Administrativo.

Objetivos Específicos: De início, busca-se capacitá-lo a perceber o caráter dúbio da legislação, da doutrina e da jurisprudência em relação à inovação do Direito Administrativo. Em seguida, apresenta-se, forte em discussões de casos e na busca pelo contraditório, as tendências consequencialistas acolhidas pelas recentes alterações da LINDB. O próximo tema são as mudanças da estrutura administrativa, com a consolidação do modelo empresarial e a incorporação de técnicas de convergência federativa. Em seguida, coloca-se o ato administrativo no divã. Ele ainda existe? Será que seus ditos atributos nada mais são do que folclore? O que o silêncio administrativo significa (ou não significa)? O próximo tópico é o do poder de polícia, ao qual se colocam questões igualmente fundacionais: seu nome, sua existência, sua delegabilidade, sua confusão com a noção de regulação. Na sequência, há importante tópico - o da regulação -, em que se pretende discutir não só as técnicas, mas, também e especialmente, os agentes (as agências, mas não só). Discute-se, então, um possível dever de consensualidade administrativa junto aos atos e contratos públicos. Há sessão para que se discuta o direito ao erro do administrador público, e outra acerca do estado da arte, e os novos desafios, da processualidade administrativa. O último tópico temático é que lida com a capacidade normativa de conjuntura da Administração Pública, perguntando-se se há momentos em que ela possa preponderar sobre a função legislativa.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula. Metodologia baseada em casos geradores. Solicitações aos alunos de fichamento de textos e elaborações de estudos sobre temas específicos.

Programa: Inovação e Direito Administrativo. Interpretação consequencialista e LINDB. Estado-empresário. Convergência federativa e região metropolitana. Ato administrativo: origem, continuidade, espécies, atributos. Poder de polícia: origem, denominação, características, delegabilidade, controle. Regulação: conceito, distinção entre categorias próximas, fundamentos econômicos e jurídicos. Agências reguladoras: estrutura, funcionamento e controle. Análise de Impacto Regulatório. Consensualidade administrativa: origem, existência, natureza, técnicas, controle. Direito ao erro do administrador público. Processualidade administrativa: estado da arte e novos desafios. Reserva de regulação e reserva de Administração.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Ana Calil, André Cyrino, André Saddy, Alexandre Santos de Aragão, Alice Voronoff, Anna Carolina Migueis, Carlos Ari Sundfeld, Felipe Romero, Fernando Leal, Floriano de Azevedo Marques Neto, Gustavo Binenbojm, José Vicente Santos de Mendonça, Juliana Palma, Patrícia Baptista, Pedro Dionísio, Renato Toledo, Sérgio Ferrari, Thiago Marrara, Victor Schirato.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **A inovação e o Direito Administrativo brasileiro: limites e possibilidades.**

Ementa: O que é inovação. A inovação no Direito Administrativo. A inovação exógena e endógena. A lei e a inovação. A doutrina e a inovação. A jurisprudência e a inovação. Limites e possibilidades.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **O novo paradigma do Direito Público: inclinações pragmatistas na LINDB.**

Ementa: Os desafios do controle público e as razões da alteração da LINDB. As inclinações pragmatistas na teoria geral do Direito Público. Interpretação dos dispositivos. Críticas e respostas. Análise de casos.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Mudanças estruturais na Administração Pública: o amadurecimento do Estado empresário**

Ementa: O velho e o novo Estado empresário brasileiro. O neointeracionismo público. A atuação pública via golden shares. A nova lei das estatais: questões clássicas e desafios emergentes.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **A convergência federativa.**

Ementa: Origem e estrutura da federação brasileira. Custos e benefícios da homogeneidade. As técnicas constitucionais de convergência: região metropolitana e microrregiões. As leis "nacionais". Estudo de caso: a constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **O ato administrativo em questão.**

Ementa: Existência? Atributos? O que o não-ato representa? Como desfazer?

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **O poder de polícia na contemporaneidade: existência, limites, delegação.**

Ementa: Origem do poder de polícia. Nomenclatura. Poder de polícia e regulação pública. Requisitos. Modo de exercício. Delegabilidade. Controle. Estudo de caso: o RE da BHTRANS.

7ª Aula (3hr-aula). Tema: **Regulação. Estrutura e função regulatória.**

Ementa: Por que regular? Por que não regular? Estratégias regulatórias. A compreensão do termo regulação no Brasil. As fases do debate sobre regulação pública no Brasil.

8ª Aula (3hr-aula). Tema: **Regulação (Parte 2)**

Ementa: Características gerais da regulação pública. Agências reguladoras. Controle das agências. Análise de Impacto Regulatório.

9ª Aula (3hr-aula). Tema: **O dever de consensualidade administrativa.**

Ementa: Origem. Natureza jurídica. Incidência. Limites. Técnicas e controle.

10ª Aula (3hr-aula). Tema: **O direito ao erro do administrador público.**

Ementa: Existência de um direito ao erro do administrador público. O erro e o Direito. Natureza jurídica. Conteúdo e standards de incidência. O direito ao erro na LINDB.

11ª Aula (3hr-aula). Tema: **A processualidade administrativa: novos desafios.**

Ementa: Origem e sentidos da processualidade administrativa. A lei de processo administrativo federal. A processualidade dos entes subnacionais. Desafios e possibilidades da processualidade administrativa ampla.

12ª Aula (3hr-aula). Tema: **Reserva de regulamento e reserva de Administração.**

Ementa: Separação de poderes e normatividade da Administração Pública. O regulamento e suas espécies. Capacidade normativa de conjuntura. Reserva de regulação e reserva de Administração. Análise de casos.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Empresas estatais. 2a. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, Joaquim Barbosa. O poder de polícia e o princípio da dignidade da pessoa humana na jurisprudência francesa. Seleções Jurídicas ADV n. 12, p. 17 ss., 1996.

GUÉDES, Demian. Processo administrativo e democracia: uma reavaliação da presunção de veracidade. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vítor. (Orgs.) O poder de polícia na atualidade. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito Administrativo e Inovação: limites e impossibilidades. In: Revista A & C.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. Sanção e acordo na Administração Pública. São Paulo: Malheiros, 2015.

PACHECO, Regina Sílvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 40, n. 4, 2006.

SCHIRATO, Vítor. Repensando a pertinência dos atributos dos atos administrativos. In: MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vítor. (Orgs.) Os caminhos do ato administrativo. São Paulo: RT, 2011.

SUNDFELD, Carlos Ari. Direito Administrativo para céticos. São Paulo: Malheiros, 2014.

Revista de Direito Administrativo. Edição especial sobre as alterações da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Princípios Gerais de Direito Público. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966.

FIORINI, Bartolomé A. La Discricionariedad en la Administración Pública. Buenos Aires: Editorial Alfa, 1948

GIANNINI, Massimo Severo. El poder público. Estado y Administraciones públicas. Madrid: Civitas, 1991

GORDILLO, Agustín. Tratado de Derecho Administrativo. Tomo 2. 8. ed. Buenos Aires: F.D.A., 2006

HAURIOU, Maurice. Précis de droit administratif et de droit public. 12. ed. Paris: Dalloz, 2002.

MAURER, Hartmut. Direito Administrativo Geral. Barueri: Manole, 2006.

MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2008.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. (Coord.) Uma avaliação das tendências contemporâneas do Direito Administrativo. Obra em homenagem a Eduardo Garcia de Enterría. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

STOBER, Rolf. Direito Administrativo Econômico Geral: fundamentos e princípios: Direito Constitucional Econômico. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.

SANTAMARIA PASTOR, Juan Alfonso. Princípios de Derecho Administrativo General II. Madrid: Iustel, 2004.

RAMÍREZ-ESCUADERO, Daniel Sarmiento. El control de proporcionalidad de la actividad administrativa. Valência: Tirant lo blanch, 2004.

ROMANO, Santi. Principii di Diritto Administrativo Italiano. 2. ed. Milão: Società Editrice Libreria, 1906.

MÓDULO V - Gestão Pública e Advocacia de Estado

Coordenação: **ALZEMERI BRITTO**

Carga Horária: 24 hr-aula

Ementa: Estado e Administração Pública. Gestão Pública no contexto brasileiro. Gestão Pública e sua instrumentalidade pelo Direito Administrativo. Gestão Pública Estratégica. Orçamento e finanças públicas. Governança e Gestão Estratégica de Projetos, Processos, Pessoas, do Conhecimento e da Comunicação em organizações públicas. Técnicas de elaboração de projetos. Gestão de órgãos de advocacia Pública. Gestão por competências para advogados públicos. Liderança Pública. Gestão Jurídica, inovação e automação. Práticas exitosas de gestão na advocacia pública federal, estadual e municipal.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Apreender os principais conceitos da Gestão Pública e seu relacionamento com o direito público, identificar os diversos desdobramentos da Gestão estratégica e sua aplicabilidade nas

organizações públicas, conhecer os mais destacados casos de aplicação das técnicas de gestão nos órgãos de advocacia pública.

Objetivos Específicos: Conhecer as categorias de estudo da Administração Pública brasileira, analisar criticamente as aplicações da Gestão Pública no âmbito de órgãos e entidades, relacionar instrumentos jurídicos com modos de execução de ações de gestão, identificar formas de realização de ações por meio da gestão pública estratégica, compreender a gestão jurídica e situá-la no contexto da inovação e da automação, produzir projeto de intervenção em órgãos de advocacia pública.

Metodologia: As aulas poderão ter cunho expositivo e sempre deverão promover a interação entre os alunos e entre estes e o professor, por meio de debates e estudos de casos e de textos. Os alunos devem efetuar a leitura prévia dos textos e dos casos que serão discutidos em sala de aula. Serão realizadas dinâmicas de grupo e práticas de solução de problemas a partir de casos concretos. Poderão ser realizadas entrevistas televisivas e presenciais, bem como reportagens para observação das evidências de aplicação prática do conteúdo estudado.

Programas: Estado e Administração Pública. Estado e Governo. Teorias e Escolas da Administração. Organizações e burocracia. Organização da Administração Pública. Gestão Pública no contexto brasileiro. Reformas na Administração Pública. Serviços Públicos. Gestão Pública Estratégica. Conceito e implicações. Planejamento e estratégia no Serviço Público Brasileiro. Orçamento e Finanças Públicas. Ciclo do planejamento governamental. Governança e Gestão Estratégica de Projetos, Processos, Pessoas, Conhecimento e Comunicação em organizações públicas. Governança. Gestão Estratégica de Projetos e Técnica de elaboração de projetos. Gestão Estratégica de Processos. Gestão Estratégica de Pessoas. Gestão Estratégica do Conhecimento. Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional. Gestão Pública e sua instrumentalidade no Direito Administrativo. Regime Jurídico-administrativo. Controle da Administração Pública. Licitações e Contratos. Parcerias com organizações da sociedade civil. Infraestrutura pública. Gestão Jurídica, inovação e automação. Gestão jurídica. Conceito e implicações. Inovação e gestão pública. Cenário e interações com a gestão jurídica. Automação e gestão jurídica. Impactos na representação judicial e na consultoria jurídica de Estado. Experiência de gestão jurídica, inovação e automação no setor público e no setor privado. Gestão de órgãos de advocacia pública. A questão da formação do advogado público. A questão da estruturação do desenho organizacional. A questão da profissionalização da gestão dos órgãos de advocacia pública. Gestão por competências para advogados públicos e as recomendações da OCDE. Liderança e advocacia pública. Práticas exitosas de gestão na advocacia pública federal, estadual e municipal. Mapa da gestão estratégica dos órgãos de advocacia pública no Brasil. Casos e evidências de práticas exitosas da gestão estratégica em órgãos de advocacia pública no Brasil.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Ailton Cardozo Júnior, Alzemer Britto, Sônia Goulart.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Administração Pública**

Ementa: Estado e Administração Pública. Estado e Governo. Organizações, burocracia e Administração Pública. Teorias e Escolas da Administração Pública

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Administração Pública Brasileira**

Ementa: Organização da Administração Pública no Brasil. Reformas Administrativas. Políticas Públicas.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Planejamento Público**

Ementa: Gestão Pública Estratégica. Planejamento e estratégia no Serviço Público Brasileiro. Orçamento e Finanças Públicas. Ciclo do planejamento governamental

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Gestão Pública Estratégica**

Ementa: Governança e Gestão Estratégica de Projetos, Processos, Pessoas, Conhecimento e Comunicação em organizações públicas. Governança. Gestão Estratégica de Projetos e Técnica de elaboração de projetos. Gestão Estratégica de Processos. Gestão Estratégica de Pessoas. Gestão Estratégica do Conhecimento. Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Gestão Pública e sua instrumentalidade no Direito Administrativo.**

Ementa: Gestão Pública e sua instrumentalidade no Direito Administrativo. Regime Jurídico-administrativo. O direito público e o regime de pessoal. Controle da Administração Pública. Licitações e Contratos. Parcerias com organizações da sociedade civil. Infraestrutura pública.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **Gestão Jurídica na Área Pública**

Ementa: Gestão Jurídica. Tecnologia da Informação e gestão jurídica. Inovação e gestão jurídica. Impactos dos instrumentos da Tecnologia da Informação para geração de inovação na representação judicial e na consultoria jurídica de Estado. Boas práticas de gestão jurídica, inovação e automação no setor privado e na advocacia pública.

7ª Aula (3hr-aula). Tema: **Gestão de Órgãos de Advocacia de Estado**

Ementa: A questão da estruturação do desenho organizacional. Práticas exitosas de gestão na advocacia pública federal, estadual e municipal. Mapa da gestão estratégica dos órgãos de advocacia pública no Brasil. Casos e evidências de práticas exitosas da gestão estratégica em órgãos de advocacia pública no Brasil.

8ª Aula (3hr-aula). Tema: **Gestão de Pessoas e Advocacia de Estado**

Ementa: A questão da formação do advogado público. A questão da profissionalização da gestão dos órgãos de advocacia pública. Gestão por competências para advogados públicos e as recomendações da OCDE. Liderança e advocacia pública.

BIBLIOGRAFIA:

ABRUCIO, Fernando Luiz (1996). "O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional Recente". Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP nº 10, 1996.

ANDRADE, Jackeline Amnatino de (2000). "Adoção de novas tecnologias da informação e inovação organizacional no setor público brasileiro". ENANPAD.

AZEVEDO, Clovis Bueno de e Maria Rita Loureiro (2003). "Carreiras Públicas em uma Ordem Democrática: Entre os Modelos Burocrático e Gerencial". Revista do Serviço Público, 54(1), janeiro 2003: 45-58.

BRASIL, Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2002). "Balço da Reforma do Estado no Brasil - a Nova Gestão Pública".

BRASIL, SEGESMP.

BRASIL, Câmara da Reforma do Estado (1995). "Plano Diretor do aparelho de reforma de Estado". Brasília, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 8. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CONSALTER, Maria Alice. Elaboração de Projetos: da introdução à conclusão. Curitiba: IBPEX, 2006.

COSTIN, Cláudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DE PAULA, Ana Paula Paes. Por uma nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

FREITAS, Carlos Augusto. Gestão Estratégica por meio de Projetos, Programas e Portfólio. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEME, Rogério. Gestão por competência no setor público. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

MADUREIRA, Cláudio. Advocacia Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Gestão Estratégica na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2011.

MAXIMILIANO, Antonio Cesar Amaru. Gestão Pública. Abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo.

MOURÃO, Carlos Figueiredo. Advocacia Pública Contemporânea- Desafios da Defesa do Estado.

OECD. Skills for a high performing civil service, 2017.

https://www.oecd.org/gov/pem/Skills-Highlights.pdf

OECD. Core Skills for a Public Sector Innovation. 2017.

https://www.oecd.org/media/oecdorg/satellitesites/opsi/contents/files/OECD_OPSI_core_skills_for_public_sector_innovation_201704.pdf

SORDI, José Osvaldo de. Gestão por Processos: uma abordagem da moderna administração. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

B) EIXO CONSULTIVO

MÓDULO VI - Assessoria e Consultoria Jurídica em Projetos de Infraestrutura

Coordenação: **THIAGO CARDOSO ARAÚJO**

Carga Horária: 36 hr-aula

Ementa: Estruturação de Projetos e Regulação de infraestrutura: conceitos introdutórios. Instrumentos jurídicos: a necessidade de uma compreensão interdisciplinar. Rodovias: economia das concessões de rodovias e aspectos jurídicos. Transportes Terrestres: trem/metrol/VT: marcos regulatórios e aspectos econômicos da logística terrestre. Saneamento Básico: arranjos interfederativos, instrumentos contratuais e disciplina regulatória - PPI, FAEP. Óleo e Gás: economia do setor e novo mercado de gás. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e PPPs.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Capacitar o corpo discente a entender a lógica dos arranjos contratuais complexos ligados à infraestrutura pública, numa visão crítica, atual e interdisciplinar.

Objetivos Específicos: Discutir os principais elementos teóricos e práticos relacionados ao exercício da função de consultoria e assessoria jurídicas na estruturação e desenvolvimento de projetos de infraestrutura pública, apresentando conceitos básicos e noções de setores regulados de interesse estadual. Desenvolver a habilidade de operar instrumentos advindos de outras áreas de conhecimento, especialmente da economia, a fim de possibilitar a completa compreensão da lógica de contratos administrativos complexos de longa duração. Incentivar um pensamento crítico sobre construções teóricas tradicionais que não se mostram mais adequadas a alterações sociais agudas e disruptivas que demandam instrumentos mais atuais e dinâmicos.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, com ênfase no emprego do método socrático. Apresentação de casos concretos ("casos geradores") para exposição de dificuldades e soluções. Ênfase na compreensão interdisciplinar de diferentes setores de infraestrutura.

Programa: Estruturação de Projetos e Regulação de Infraestrutura. Setores de infraestrutura: aspectos jurídicos e econômicos. Equilíbrio Econômico-financeiro dos contratos de Concessão e PPPs.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Armando Castelar, Fernanda Delgado de Jesus, Fernando Camacho, Flavine Meghy Mendes, Helder Queiroz Pinto Jr., Leonardo Coelho, Marcelo Lennertz, Maurício Portugal, Thiago Cardoso Araújo.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Infraestrutura: Conceitos Básicos e Estruturação de Projetos**

Ementa: Infraestrutura. Histórico do tema no Brasil. Arranjos institucionais. Contratos incompletos. Ciclo de projetos. Public Choice. Insuficiências Teóricas do Direito Administrativo. Lógica econômica de contratos administrativos complexos. Introdução ao Project Finance. Estruturação via Lei 8.666/93, PMI, Lei 13.303, Colação e short list.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Regulação de Infraestrutura**

Ementa: Regulação por Contrato. Regulação Discricionária por Custo de Serviço e por Preço-Teto. Modelos Híbridos.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Rodovias: Economia do Setor**

Ementa: Histórico do Governo Federal. Taxa Interna de Retorno: TIR do projeto e TIR de acionista. Estrutura de Financiamento. Noções de Project Finance. Metodologia para indenização.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Rodovias: Aspectos Jurídicos**

Ementa: Análise de editais recentes. Licitação de concessões. Remuneração do Concessionário. Formas de Concessão.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Transportes Terrestres: Trem/VLT/Metrô**

Ementa: Relicitação. Antecipação de Prorrogação. Compartilhamento de estruturas. Programa de Investimento em Logística. Short lines: autorização x concessão.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **Economia das Concessões**

Ementa: Aspectos introdutórios de logística. Histórico dos arranjos regulatórios. Essencial facilities. Open access.

7ª Aula (3hr-aula). Tema: **Saneamento Básico: Aspectos Jurídicos**

Ementa: Arranjos interfederativos. Arranjos contratuais. Contrato de programa. Subconcessões. Discussão do novo marco regulatório. Instrumentos regulatórios.

8ª Aula (3hr-aula). Tema: **Saneamento Básico: Aspectos Econômicos**

Ementa: Economia do setor. Bens públicos. Economia de rede.

9ª Aula (3hr-aula). Tema: **Óleo e Gás: Introdução ao Setor**

Ementa: Histórico do setor de Óleo. Segmentação da indústria: upstream, midstream, downstream. Modelos de exploração: estatizado, misto, livre concorrência. Instrumentos para exploração: Concessão, partilha de produção e cessão onerosa. Lei do Petróleo. Participações especiais e Royalties. Atuação da ANP e dos Tribunais de Contas nos procedimentos de licitação. Desverticalização e dever de acesso a infraestruturas essenciais e o papel do CADE.

10ª Aula (3hr-aula). Tema: **O Setor de Gás: Aspectos Econômicos e de Mercado**

Ementa: Histórico do setor de Gás. Lei do Gás e segmentos da indústria. Regimes de Outorga. Transporte Dutoviário. Cadeia do Gás Natural. Novo Mercado de Gás e a abertura do setor. Desverticalização e dever de acesso a infraestruturas essenciais. Consumidor livre e autoprodutor. Reequilíbrio econômico-financeiro na distribuição de gás.

11ª Aula (3hr-aula). Tema: **Concessão: Aspectos Econômicos e Compensações (Parte I)**

Ementa: Introdução: características econômicas dos contratos de concessão e o lugar do equilíbrio econômico-financeiro nesses contratos. Metodologias para dimensionar as compensações.

12ª Aula (3hr-aula). Tema: **Concessão: Aspectos Econômicos e Compensações (Parte II)**

Ementa: A decisão e a forma de compensar. Os problemas de tempestividade e efetividade do sistema compensatório. A continuidade entre o tema do equilíbrio econômico-financeiro e o tema da indenização por investimentos não amortizados.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BARBOSA, Fernando de Holanda; GUERRA, Sérgio; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Equilíbrio financeiro em projetos de infraestrutura. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2019.50 p. - (Cadernos FGV Projetos ; 32/2019). Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/miolo_tir_03.04.19_completo.pdf

CAMACHO, Fernando Tavares; RODRIGUES, Bruno da Costa Lucas. Regulação econômica de infraestruturas: como escolher o modelo mais adequado? Revista do BNDES. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital

CAMARGO, Jorge M.T. Petróleo: textos & contextos. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2018.

DAYCHOUM, Miriam Tchepurnaya; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Regulação e Concorrência no Setor Ferroviário. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FILHO, Marçal Justen; SCHWIND, Rafael Wallbach (coord.). Parcerias Público Privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

FRAZÃO, Alexandre Coester. Tratado de Parcerias Público-Privadas. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019.

MOREIRA, Egon Bockmann. Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

NETO, Arthur Watt. Petróleo, gás natural e biocombustíveis. São Paulo: Saraiva, 2014.

NÓBREGA, Marcos. Direito e economia da infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio J. Maristrello Porto; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Direito e Economia: diálogos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

PINHEIRO, Armando Castelar; RIBEIRO, Leonardo Coelho. Regulação das ferrovias. Rio de Janeiro: Editora FGV, IBRE, 2017.

RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno; FREITAS, Rafael Vêras de (coord.). A nova regulação da infraestrutura e da mineração: portos: aeroportos: ferrovias: rodovias. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

RIBEIRO, Maurício Portugal. Reequilíbrios Incompletos de contrato de concessão e PPP: reequilíbrio econômico (que não caracteriza reequilíbrio financeiro) e reequilíbrio financeiro (que não caracteriza reequilíbrio econômico). Disponível em: <http://www.portugalribeiro.com.br/wpp/wp-content/uploads/reequilíbrios-incompletos.pdf>

SADDY, André; CHAUVET, Rodrigo da Fonseca. Aspectos Jurídicos do saneamento básico. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBANO, Gian L. et al. Procurement contracting strategies. In: DIMITRI, N.; PIGA, G.; SPAGNOLO, G. (Ed.). Handbook of procurement. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ASQUER, Alberto. Liberalization and regulatory reform of network industries: A comparative analysis of Italian public utilities. Utilities Policy, v. 19, n. 3, p. 172-184, 2011.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia. Porto Alegre. Brokman Companhia Editora. 5ª ed., 2010.

DUTRA, Joisa Campanher; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. 20 anos de concessões em infraestrutura no Brasil. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

ENGEL, Eduardo; FISCHER, Ronald D.; GALETOVIC, Alexander. The Economics of Public-Private Partnerships: A Basic Guide. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

FREITAS, Rafael Vêras de. Concessão de rodovias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

NETTO, Pedro Dias de Oliveira. As parcerias público-privadas e os novos desafios do setor de infraestrutura: crise econômica, ajuste fiscal, reequilíbrio contratual e perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

RIBEIRO, Maurício Portugal. 20 anos da Lei de Concessões, 10 anos da Lei de PPPs. Disponível em: <http://www.portugalribeiro.com.br/wpp/wp-content/uploads/10-anos-lei-ppps-20anos-lei-concessoes.pdf>

RIBEIRO, Maurício Portugal. Concessões e PPPs: melhores práticas em licitações e contratos. - São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <http://www.portugalribeiro.com.br/ebooks/concessoes-e-ppps/>

S. NETO, Manoel P. Manual de direito do petróleo: uma visão jurídica do ouro negro no Brasil. 1 ed. Jundiaí [SP]: Paco, 2018.

MÓDULO VII - Direito e Políticas PúblicasCoordenação: **ALICE VORONOFF**

Carga Horária: 18 hr-aula

Ementa: A relação entre direito e políticas públicas. Modelos de análise em políticas públicas. O desenvolvimento de uma moldura jurídica e institucional. Escolas e teorias do pensamento. Ciclo de políticas públicas. Etapas. Modelos de tomada de decisão. Desenho normativo. Implementação de uma política pública. Gestores públicos. Avaliação e controle de políticas públicas. Revisão e aperfeiçoamento. Judicialização de políticas públicas e diálogos institucionais.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para a compreensão de uma teoria jurídica das políticas públicas e os seus principais fundamentos, estabelecendo, para tanto, conexões entre a perspectiva jurídica e a dimensão eminentemente prática das políticas públicas.

Objetivos Específicos: Buscar-se-á, de forma permanente, o desenvolvimento de raciocínio nos alunos, estimulando as suas capacidades analíticas, críticas e a habilidade de percepção da relação entre as discussões teóricas apresentadas em sala de aula e a realidade das políticas públicas implementadas na vida cotidiana. Ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de identificar as diferentes fases de desenvolvimento de uma política pública, bem como analisar tais iniciativas. Tudo isso, a partir de uma perspectiva cíclica quanto ao desenho de uma política pública, com vista a um aprofundamento teórico aliado a uma influência direta na atuação profissional de cada um.

Metodologia: Aulas expositivas com leituras prévias de materiais e debates em sala de aula. Realização de atividades programadas (seminários em sala de aula com exposição dos alunos, com temas previamente definidos). Dinâmicas de grupo.

Programa: UNIDADE I - A NATUREZA DA POLÍTICA PÚBLICA E SUAS RELAÇÕES COM O DIREITO

Conceito(s) de políticas públicas. Elementos caracterizadores (interdisciplinaridade, dinamismo, continuidade, adaptabilidade, coerência e ordenação, etc.). O desenvolvimento das políticas públicas como campo de estudo autônomo. O processo de assimilação pela teoria jurídica do conceito de políticas públicas. Modelos teórico de análise em políticas públicas. Políticas públicas e direitos humanos. Tipos de políticas públicas (relacionadas a direitos sociais, de gênero, etc). Histórico das políticas públicas no Brasil e no mundo. UNIDADE II - CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: FORMAÇÃO DA AGENDA, FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E TOMADA DE DECISÃO. O ciclo de políticas públicas. Etapas. Formação da agenda: o que é prioritário? A identificação dos problemas a serem atacados e das demandas a serem supridas por intermédio das políticas públicas. A formulação da política: formulação de soluções, alternativas e propostas concretas entre diferentes opções de programas a serem adotados. Tomada de decisão: definição do curso de ação a ser adotado. Os processos de tomada de decisão (os diferentes canais e os instrumentos políticos e jurídicos possíveis). Análise dos instrumentos e mecanismos institucionais de criação e planejamento de políticas públicas. Variáveis a serem consideradas em cada uma dessas etapas: avaliações de custo-benefício, estudo de cenários e necessidades, recursos disponíveis, urgências, elementos políticos, dentre outras. Gestores públicos. Modelos de gestão (p. ex: hierarquia, mercado, governança/rede). Participação social na construção de políticas públicas. Canais institucionalizados e não institucionalizados. Grupos de interesse e participação dispersa na sociedade. UNIDADE III - CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO. Implementação da política pública: a criação da estrutura necessária e observância da burocracia existente. O manejo dos instrumentos jurídicos no âmbito da implementação de políticas públicas, com destaque para eventual necessidade de aprovação de leis. Orçamento e políticas públicas: o dispêndio de recursos financeiros. Avaliação dos resultados das políticas públicas e a influência na efetivação de direitos e garantias fundamentais. Políticas públicas e Análise Econômica do Direito. Políticas públicas e dados estatísticos. UNIDADE IV - POLÍTICAS PÚBLICA E EFETIVIDADE: JUDICIALIZAÇÃO E CANAIS DE APRIMORAMENTO. Análise de políticas públicas em searas específicas: pessoas com deficiência, desigualdade de gênero, proteção da criança e do adolescente etc. Políticas públicas e direitos fundamentais. Discussão sobre casos concretos e a atuação das instituições, com destaque para as instituições jurídicas. Fiscalização e controle da execução da política pública por meio da atuação da sociedade civil e dos órgãos de controle. Judicialização das políticas públicas, com ênfase nas políticas

de saúde, educação e de saneamento básico. Caminhos para o aprimoramento: diálogos institucionais? Novas tecnologias? Maior participação social?

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Alice Voronoff, Ana Paula de Barcellos, Daniel Wei Liang Wang, Eduardo Bastos Furtado de Mendonça, Emiliano Rodrigues Brunet, Felipe de Melo Fonte, Felipe Dutra Asensi, Maria Paula Dallari Bucci, Vanice Regina Lirio do Valle.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **A Natureza da Política Pública e suas Relações com o Direito**

Ementa: A natureza da política pública e suas relações com o Direito. Conceitos. Modelos teóricos de análise. Políticas públicas e direitos humanos.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Ciclo de Políticas Públicas: Formação da Agenda, Formulação de Políticas e Tomada de Decisão**

Ementa: O ciclo de políticas públicas: formação de agenda, formulação de políticas e tomada de decisão. Participação social na construção da política.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Ciclo de Políticas Públicas: Implementação e Avaliação**

Ementa: O ciclo de políticas públicas. Implementação. Aspectos a serem considerados. Questões práticas, institucionais e orçamentárias. Instrumentos jurídicos. Gestores públicos.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Políticas Públicas e Efetividade: Judicialização e Canais de Aprimoramento.**

Ementa: O ciclo de políticas públicas. Monitoramento e Avaliação de resultados. Critérios. Revisão e aprimoramento. Políticas públicas e análise econômica do direito.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Meios de Fiscalização**

Ementa: Fiscalização e controle da execução da política pública por meio da atuação da sociedade civil e dos órgãos de controle. Políticas públicas e efetividade dos direitos fundamentais.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **Judicialização**

Ementa: Políticas públicas e judicialização. O futuro das políticas públicas: novas tecnologias? Diálogos institucionais? Participação social?

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BIRKLAND, Thomas A. An introduction to the policy process: theories, concepts and models of public policy making. 3ª ed. New York: M. E. Sharp, 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. DUARTE, Clarice Seixas. Judicialização da saúde: a visão do Poder Executivo. São Paulo: Saraiva, 2017.

COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos AP. (Orgs.). A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 2013.

DYE, Thomas. Understanding public policy. 6ª ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1987.

EASTON, David. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GERSTON, Larry N. Public policy making: process and principles. 3ª ed. New York: M. E. Sharpe, 2010.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. IPEA: Brasília, 2014.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas-uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LINDBLOM, Charles Edward. O processo de decisão política. Ed. Univ. Brasília, 1981.

LEJANO, Raul P. Frameworks for policy analysis: merging text and context. Routledge, 2006.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. Direito Administrativo e Políticas Públicas: o debate atual. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; SCHIRATO, Vítor Rhein; MIGUEL, Luiz Felipe Miguel. (Orgs.). Direito Público em Evolução: estudos em homenagem à Professora Odete Medauar. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v. 1, p. 177-202.

SALM, José Francisco. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Editora UnB, 2006.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cenage Learning, 2010.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETICHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, pp. 65-86.

TRUBEK, David M.; COUTINHO, Diogo R.; SCHAPIRO, Mario. Towards a new law and development: new state activism in Brazil and the challenge for legal institutions. Univ. of Wisconsin Legal studies Research Paper, n. 1207, 2012.

WU, XUN et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Sérgio de; ANASTASIA, Fátima. Governança, "accountability" e responsividade. Revista de Economia Política, v. 22, n. 1, p. 85, 2002.

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two faces of power. American Political Science Review, 56, 1962.

BOURCIER, Danièle; BOULET, Romain; MAZZEGA, Pierre. Politiques publiques, systèmes complexes. Paris: Hermann Éditeurs, 2012.

CARLOS, Euzenia; OLIVEIRA, Osmy e ROMÃO, Wagner. Sociedade civil e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Chapeco: Argos, 2014.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e Governança das Políticas Públicas. RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, n. 1, 2013.

DYE, T.R. The policy analysis. Alabama: The University of Alabama Press, 1976.

EASTON, D. The political system. New York: Wiley, 1953.

EASTON, D. A system analysis of political life. New York: Wiley, 1965.

ETZIONI, A. Mixed-scanning: a third approach to decision-making. Public Administration Review, 27, 1967.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, 21, jun., 2000.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. Revista de Ciências Humanas, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

GUIVANT, Julia S.; CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil. Ciência, Tecnologia e Sociedade: novos modelos de governança, p. 47-85, 2005.

KINGDON, John W.; THURBER, James A. Agendas, alternatives, and public policies. Boston: Little, Brown, 1984.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. FGV Editora, 2005.

PIRES, Roberto Rocha C. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. IPEA: Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogo_sdesenvol07.pdf

PROCOPIUCK, Mario; FREY, Klaus. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. Revista de Sociologia e Política, v. 17, n. 34, p. 63-83, 2009.

SABBATIER, P. Theories of the policy process. Boulder: WestView Press, 1999.

SABATIER, P., JENKINS, S.H.C. Policy Change and learning: an advocacy coalition approach. Westview Press, 1993.

SARAIVA, Enríque. Políticas públicas: coletânea. ENAP, 2006.

TAYLOR, P. & HALL, R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, 58: 193-224, 2003.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. Annual Review of Political Science, 2: 369-404, 1999.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

MÓDULO VIII - Direito Ambiental e SustentabilidadeCoordenação: **RAFAEL DAUDT D'OLIVEIRA**

Carga Horária: 18 hr-aula

Ementa: Direito Ambiental Constitucional: art. 225 da CRFB, repartição de competências e princípios do Direito Ambiental. Sustentabilidade. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. Infrações administrativas ambientais. Responsabilidade pela reparação do dano ambiental. Sistemas nacional e estadual de recursos hídricos. Proteção jurídica da biodiversidade: Código Florestal, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e Lei da Mata Atlântica.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Estudar os principais tópicos do Direito Ambiental contemporâneo, bem como apresentar noções de sustentabilidade em suas três principais vertentes: ecológica, econômico-financeira e social.

Objetivos Específicos: Produzir análise teórica e prática, por meio de estudo de casos concretos, em temas essenciais do Direito Ambiental. Analisar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em temas controversos e atuais. Apresentar em cada aula questões relacionadas ao direito ambiental federal e também as peculiaridades da legislação do Estado do Rio.

Metodologia: As aulas terão cunho expositivo e deverão promover a interação entre os alunos e entre eles e o professor, por meio de debates e estudo de casos concretos e de textos. Os alunos devem efetuar a leitura prévia dos textos e dos casos que serão discutidos em sala de aula.

Programa: Direito Ambiental Constitucional. Sustentabilidade. Exame do art. 225 da CRFB. Repartição de competências legislativas e executivas em matéria ambiental. Princípios do Direito Ambiental. Sustentabilidade. As três dimensões da sustentabilidade. Os indicadores de sustentabilidade. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. Breves noções sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Licenciamento Ambiental federal. Licenciamento ambiental estadual N e o novo Decreto do SELCA - Sistema de licenciamento e controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Ambientais. Estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Audiência pública. Infrações administrativas ambientais. Poder de Polícia ambiental. Diferença entre sanção administrativa e medida de polícia. Demolições administrativas na defesa do meio ambiente. Infração administrativa. Responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Responsabilidade objetiva x responsabilidade subjetiva. Processo administrativo em âmbito federal. Processo administrativo em âmbito estadual. Termo de compromisso e conversão de multas. Responsabilidade pela reparação do dano ambiental. Os elementos caracterizadores da responsabilidade pelo dano ambiental. A responsabilidade civil objetiva. Nexa causal. Teoria do risco integral. Teoria do risco administrativo. Inversão do ônus da prova. Dano ambiental. Características. Dano ambiental individual e coletivo. Dano moral ambiental. O Termo de Ajustamento de conduta para prevenir ou reparar danos ambientais. Sistemas nacional e estadual de recursos hídricos. Noções de direito das águas e de recursos hídricos. Conceitos. Dominialidade. Uso da água e a respectiva cobrança. Outorga. Gestão qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências. Política Estadual de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências. Proteção jurídica da biodiversidade: Código Florestal, Lei do SNUC e Lei da Mata Atlântica. Noções de espaços territoriais especialmente protegidos. Espécies. Criação, modificação e extinção dos espaços protegidos. Código Florestal. Áreas de preservação permanente (APP). Reserva legal. A lei do sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC). Unidades de proteção integral. Unidades de Uso sustentável. A Lei da Mata Atlântica. Base constitucional e legal. Classificação da vegetação de mata atlântica. Hipóteses de supressão.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Carlos da Costa e Silva Filho, Cristiane Jaccoud, Danielle de Andrade Moreira, Fábio Santos Macedo, Fernando Cavalcanti Walcacer, José Alexandre Maximino Mota, Leonardo David Quintanilha de Oliveira, Marcos André Bruxel Saes, Oscar Graça Couto Neto, Paulo de Bessa Antunes, Rafael Daudt D'Oliveira, Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, Virgínia Totti Guimarães.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Direito Ambiental Constitucional. Sustentabilidade.**

Ementa: Exame do art. 225 da CRFB. Repartição de competências legislativas e executivas em matéria ambiental. Princípios do Direito Ambiental. Sustentabilidade. As três dimensões da sustentabilidade. Os indicadores de sustentabilidade.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental.**

Ementa: Breves noções sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Licenciamento Ambiental federal. Licenciamento ambiental estadual e o novo Decreto do SELCA - Sistema de licenciamento e controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Ambientais. Estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Audiência pública.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Infrações Administrativas Ambientais**

Ementa: Poder de Polícia ambiental. Diferença entre sanção administrativa e medida de polícia. Demolições administrativas na defesa do meio ambiente. Infração administrativa. Responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Responsabilidade objetiva x responsabilidade subjetiva. Processo administrativo em âmbito federal. Processo administrativo em âmbito estadual. Termo de compromisso e conversão de multas.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Responsabilidade pela reparação do dano ambiental**

Ementa: Os elementos caracterizadores da responsabilidade pelo dano ambiental. A responsabilidade civil objetiva. Nexa causal. Teoria do risco integral. Teoria do risco administrativo. Inversão do ônus da prova. Dano ambiental. Características. Dano ambiental individual e coletivo. Dano moral ambiental. O Termo de Ajustamento de conduta para prevenir ou reparar danos ambientais.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Sistemas nacional e estadual de recursos hídricos**

Ementa: Noções de direito das águas e de recursos hídricos. Conceitos. Dominialidade. Uso da água e a respectiva cobrança. Outorga. Gestão qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências. Política Estadual de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: Proteção jurídica da biodiversidade: Código Florestal, Lei do SNUC e Lei da Mata Atlântica.

Ementa: Noções de espaços territoriais especialmente protegidos. Espécies. Criação, modificação e extinção dos espaços protegidos. Código Florestal. Áreas de preservação permanente (APP). Reserva legal. A lei do sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC). Unidades de proteção integral. Unidades de Uso sustentável. A Lei da Mata Atlântica. Base constitucional e legal. Classificação da vegetação de mata atlântica. Hipóteses de supressão.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

MACHADO, Paulo Affonso Leme, Direito Ambiental Brasileiro, (edição mais nova).

MILARÉ, Edis, Direito do Ambiente (edição mais nova).

ANTUNES, Paulo de Bessa, Direito Ambiental (edição mais nova).

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco, Curso de Direito Ambiental Brasileiro, São Paulo: Saraiva (edição mais nova).

Aula 1:

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago, Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais (edição mais nova).

ANTUNES, Paulo de Bessa, Federalismo e Competências Ambientais no Brasil (edição mais nova).

CANOTILHO, J.J. Gomes, «O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional», Revista de Estudos Politécnicos (Polytechnical Studies Review), 2010, Vol. VIII, nº 13, 007-018, ISSN: 1645-9911, disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n13/n13a02>, acesso em 23/12/2014.

DAUDT D'OLIVEIRA, Rafael Lima, "Princípio da Sustentabilidade", WikiLaw-Glossário Jurídico On Line, Universidade de Coimbra, In «https://wikiglaw.fd.uc.pt/mediawiki/index.php/Princ%C3%ADpio_da_Sustentabilidade», acesso em 21/01/2020.

Aula 2:

BIM, Eduardo Fortunato, Licenciamento Ambiental, Fórum, 2018.

FARIAS, Talden, Licenciamento Ambiental: Aspectos Teóricos e Práticos. Fórum, 2018.

Aula 3:

FREITAS, Vladimir Passos de, Direito Administrativo e meio ambiente. Curitiba: Juruá, 2004.

NETO, Nicolao Dino et al., Crimes e Infrações Administrativas Ambientais, Del Rey, 2011.

DAWALIBI, Marcelo, "O poder de polícia em matéria ambiental". In Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 04, nº 14, abr./jun. 1999.

Aula 4:

MORATO LEITE, José Rubens, AYALA, Patryck de Araújo, Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial, 7ª ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015.

MOREIRA, Danielle de Andrade, Responsabilidade ambiental pós-consumo: Prevenção e reparação de danos à luz do princípio do poluidor-pagador, Letras jurídicas, 2014.

Aula 5:

GRANZIERA, Maria Luiza Machado, Direito de Águas: Disciplina Jurídica das Águas Doces, 4ª edição, Atlas, 2014.

POMPEU, Cid Tomanik, Direito de Águas no Brasil, RT, 2006.

Aula 6:

MACHADO, Paulo Afonso Leme, MILARÉ, Edis (Org.), Novo Código Florestal: comentários à Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, à Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012 e ao Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012, 2ª ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 2013, especialmente pp. 66-79 (definições); 155-165; 175-186 (APP); 229-289 (reserva legal); 307-316 (CAR).

ANTUNES, Paulo de Bessa, Áreas protegidas e propriedade constitucional (edição mais nova).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**Aula 1:**

SILVA, José Afonso, Direito Ambiental Constitucional, Malheiros, São Paulo (edição mais nova).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato, Direito Constitucional Ambiental Brasileiro, Saraiva: São Paulo (edição mais nova)

HORTA, Raul Machado, Repartição de competências na Constituição Federal de 1988. In: Revista Trimestral de Direito Público, v. 2. São Paulo: Malheiros, 1993.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery, "Princípios Fundamentais do Direito Ambiental". In: Revista de Direito Ambiental, vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

CANDEIRA, Alejandro Lago, «Princípios Generales de Derecho Ambiental», in Diccionario de Derecho Ambiental, Iustel, Madrid, 2006, pp. 985-1000.

ELKINGTON, John, Cannibals with Forks: Triple Bottom Line of 21st Century Business, Capstone Publ., Oxford, 1997.

CASALTA NABAI, José, «A crise do Estado fiscal», in Trajectórias da sustentabilidade, tributação e investimento, coordenação de Suzana Tavares da Silva e Maria de Fátima Ribeiro, Coimbra, Instituto Jurídico (FDUC), 2014, pp. 19-59.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Planeamento Urbanístico e Sustentabilidade Social», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, vol. IV, Studia Iuridica 105, Universidade de Coimbra/Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 501-522.

PIRES, Sara Moreno, «Medir a Desmaterialização e o Desenvolvimento Sustentável: os Indicadores e os seus Dilemas», in RevCEDOUA, no 29, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 11-24.

Aula 2:

OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis, O licenciamento ambiental, Iglu, São Paulo, 1999.

GUERRA, Sidney, O Licenciamento Ambiental de Acordo com a LC 140/2011. Revista de Direito Ambiental n.º 66/2012.

WALCACER, Fernando Cavalcanti et al, "Notas sobre a LC 140/2011", Revista de Direito Ambiental nº 70/2013.

GOMES, Carla Amado, Risco e Modificação do Acto Autorizativo Concretizador de Deveres de Protecção do Ambiente, Coimbra Ed., Coimbra, 2007.

Aula 3:

MASCARENHAS, Rodrigo Tostes de Alencar, "Infrações Administrativas e ambientais no Estado do Rio de Janeiro: notas sobre a Lei n. 3.467/2000". In Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado, 2004, nº 58.

ÓSÓRIO, Fábio Medina, Direito administrativo sancionador. São Paulo: RT, 2000.

BINENBOJM, Gustavo, Poder de polícia, ordenação, regulação: Transformações Político-Jurídicas, Econômicas e Institucionais do Direito Administrativo Ordenador, Fórum, 2017.

Aula 4:

ANTUNES, Paulo de Bessa, Dano Ambiental: Uma Abordagem conceitual (edição mais nova).

Aula 5:

FREITAS, Vladimir Passos de, Águas: aspectos jurídicos e ambientais, Juruá (edição mais nova)

Aula 6:

BENJAMIN, Antônio Herman V., "Introdução à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação", in Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação, Antônio Herman V. Benjamin (Org.), Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, pp. 276-316.

MILANO, Miguel Serediuk, "Unidades de Conservação - Técnica, Lei e Ética para a conservação da biodiversidade", in Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação, Antônio Herman V. Benjamin (Org.), Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, pp. 3-41.

DAUDT D'OLIVEIRA, Rafael Lima, "Estudo de caso - Parecer AS-JUR/FEEMA/PGE RD 04/08", in Direito Ambiental e funções Essenciais à Justiça - O papel da Advocacia de Estado e da Defensoria Pública na Proteção do Meio Ambiente, Antônio Herman Benjamin Guilherme José Purvin de Figueiredo (Org.), Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011, pp. 487-515.

DAUDT D'OLIVEIRA, Rafael Lima, "Fundação Estadual de Engenharia

do Meio Ambiente - FEEMA - Parecer RD 04/2007", in. Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, vol. 64, 2008, pp. 368-391.

MÓDULO IX - Advocacia Pública Tributária e Fiscal

Coordenação: VANESSA HUCKLEBERRY PORTELLA SIQUEIRA
Carga Horária: 30 hr-aula

Ementa: Tributo. Espécies Tributárias. Obrigação Tributária. Elementos. Sujeitos. Obrigações Tributárias. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Crédito Tributário. Modalidades do Lançamento. Extinção, Suspensão e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário. Considerações Acerca das Garantias do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências. Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Dívida Ativa. Processo tributário judicial. Conselho de Contribuintes. ICMS, IPVA, ISS, IPI e IPTU. Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades Tributárias. Atividade Financeira do Estado. Receita Pública: Conceito e Classificação. Discriminação de Rendas. Renúncias de Receita. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios Constitucionais Orçamentários. Fiscalização e controle.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais e Específicos: O curso objetiva estimular o debate orçamentário, não sem discutir as vicissitudes oriundas das proposições afetadas à remodelação do Pacto Federativo, impulsionadas tanto pela PEC da Reforma Tributária quanto pelas já famosas PEC do Pacto Federativo e PEC Emergencial, por intermédio das quais, respectivamente e dentre inúmeras outras modificações: 1) implementar-se-á o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência legislativa compartilhada entre União, Estados e Municípios e de base de incidência ampla - a abarcar as operações da nova economia; 2) extinguir-se-á o Plano Plurianual - cujo arcabouço dará lugar a uma Lei Orçamentária Plurianual -, ao passo que serão operacionalizadas modificações nas vinculações de receitas, indexação e obrigação de despesas, somadas estas à constitucionalização do art. 35 da LRF, que veda empréstimos entre entes políticos; 3) por fim, se se constatar que a Regra de Ouro está sendo vilipendiada no momento da promulgação da PEC, serão deflagrados mecanismos de ativação "emergencial" de gatilhos de contenção de despesas obrigatórias por três exercícios financeiros.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: DIREITO TRIBUTÁRIO. Tributo. Conceito. Elementos. Espécies Tributárias: Classificação Quantitativa e Classificação Qualitativa. Impostos. Conceito. Características. Elementos Causais e Finalístico. Classificação: reais e pessoais; diretos e indiretos; fiscais e extrafiscais; instantâneos, complexivos e continuados. Taxas. Conceito. Base de Cálculo. Princípios de Justiça Fiscal. Competência Comum. Destinação da Taxa. Taxa e Preço Público: Distinção. Pedágio: Natureza Jurídica. Controvérsias. Contribuições de Melhoria. Conceito. Limites. Contribuições Parafiscais. Parafiscalidade. Requisitos. Espécies. Classificação: Contribuições Sociais (Contribuições da Seguridade Social e Contribuições Sociais Gerais); Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico; Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas (Contribuições Corporativas); Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP ou CIP). Empréstimos Compulsórios. Conceito. Requisitos. Natureza Jurídica. Obrigação Tributária. Conceito. Natureza Jurídica. Elementos. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Obrigação Principal. Obrigação Acessória. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Sujeito Passivo. Responsabilidade tributária: Classificação. Distinção entre Responsabilidade por Substituição e Responsabilidade por Transferência. Responsabilidade por substituição: Substituição tributária "para frente". A questão da Pauta Fiscal. Substituição Tributária "para trás". Retenção na Fonte. Responsabilidade por Transferência: Transferência por Sucessão (sucessão imobiliária; sucessão causa mortis; sucessão societária; sucessão comercial). Transferência por Imputação Legal. Responsabilidade por Infrações. Denúncia Espontânea. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Crédito Tributário. Conceito. Fases de Concreção do Crédito Tributário. Lançamento Tributário. Natureza Jurídica do Lançamento Tributário. Lançamento e Câmbio. Princípios do Lançamento Tributário (Ricardo Lobo Torres): Vinculação à Lei, Irretroatividade, Irrevisibilidade, Inalterabilidade. Modalidades do Lançamento Tributário: Lançamento por Declaração ou Misto; Lançamento de Ofício ou Direto; Lançamento por Homologação. Suspensão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Causas de Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário: Moratória e Parcelamento; Depósito; Reclamações e Recursos Administrativos; Medida Liminar em Mandado de Segurança e Medida Liminar ou Tutela Antecipada em Outras Espécies de Ação Judicial. Extinção do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Extinção do Crédito Tributário. Causas de Extinção do Crédito Tributário: Pagamento (Imputação do Pagamento. Consignação em Pagamento. Pagamento Indevido. Repetição dos Tributos Indiretos. Prazo para o Ajuizamento da Ação Repetitória: Controvérsias); Compensação; Transação; Remissão; Prescrição e Decadência; Conversão de Depósito em Renda; Pagamento Antecipado e a Homologação do Lançamento; Consignação em Pagamento; Decisão Administrativa Irreformável; Decisão Transitada em Julgado; Dação em Pagamento. Exclusão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Exclusão do Crédito Tributário. Causas de Exclusão do Crédito Tributário: Isenção (natureza jurídica, classificação, isenção e alíquota zero, revogação de isenções, razoabilidade na concessão de isenções; interpretação das isenções). Anistia. Garantias do Crédito Tributário. Considerações Acerca das Garantias do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências (Concurso de Preferências. Crédito Tributário e Juízos Universais. Possibilidade de a Fazenda Requerer a Falência de Contribuinte. Concurso de Preferência entre os Entes Públicos: Inconstitucionalidade (?). Créditos Extraconcursais). Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Dívida Ativa. Certidões Negativas. A natureza das penalidades tributárias. Processo tributário judicial. Execução fiscal. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal. Processo Tributário Administrativo. Consulta tributária. Prescrição e decadência. Conselho de Contribuintes. Depósito em garantia de instância. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Fato gerador. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR). Conceito constitucional de renda. Aquisição econômica e jurídica de renda. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Fato gerador. Conceitos de operações, circulação e mercadoria. ICMS: não-cumulatividade. Natureza e regime dos créditos fiscais. ICMS: base de cálculo e alíquota. Neutralidade e seletividade. ICMS: Regime de Substituição Tributária. ICMS na importação. Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD). Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações entre ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Competência Tributária. Conceito. Distinção entre Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa. Repartição Constitucional das Competências Tributárias: Competência Exclusiva; Competência Comum; Competência Residual; Competência Extraordinária. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Conceito. Princípios Constitucionais Tributários (Princípios-Garantia): Princípio da Legalidade; Princípio da Tipicidade; Princípio da Isonomia; Princípio da Irretroatividade; Princípio da Anterioridade (da não-supressa); Princípio do Não-Confisco; Princípio da Liberdade de Tráfego; Princípio da Capacidade Contributiva e os Subprincípios da Progressividade, Proporcionalidade, Personaliza-

ção e Seletividade. Imunidades Tributárias. Distinção entre Imunidade, Isenção e Não-Incidência. Imunidades a Impostos: Imunidade Recíproca; Imunidade dos Templos de qualquer Culto; Imunidade dos Partidos Políticos e suas Fundações; Imunidade das Entidades Sindicais dos Trabalhadores; Imunidade das Entidades de Assistência Social e de Educação, sem fins lucrativos, que cumpram os requisitos legais; Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. Princípios Institucionais (Outras Vedações): Princípio da Uniformidade Geográfica; Princípio da Igualdade dos Entes da Federação no que tange às suas Obrigações; Princípio da Vedação de Isenções Heterônomas; Princípio da Vedação de Distinção quanto à Origem e o Destino das Mercadorias. DIREITO FINANCEIRO. Atividade Financeira do Estado. Campos de Atuação. Receita Pública. Conceito. Classificação. Discriminação de Rendas. Renúncias de Receita. Lei de Responsabilidade Fiscal e Receita Pública. Despesa Pública. Conceito. Características Principais. Relações entre Despesas e Receitas: Breve Histórico. Requisitos para a Despesa - Destinação. Classificação. Distinção entre Créditos Orçamentários e Adicionais. Realização da Despesa Pública. Geração da Despesa Pública. Despesa Obrigatória de Caráter Continuado. Despesas com Pessoal e com a Seguridade - Mecanismos de Controle. Orçamento Público. Conceito. Natureza Jurídica. Fase Histórica. Constituição Orçamentária de 1988. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios Constitucionais Orçamentários. Crédito Público. Conceito. Dívida Pública. Conceito. Classificação. Extinção. Controle e Fiscalização da Execução Orçamentária. Introdução. Modalidades de Fiscalização. Objeto da Fiscalização. Tipos de controle: controle interno e controle externo. Tribunal de Contas e a Constituição.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Andréa Siqueira Martins, Andréa Veloso Correia, Bianca Xavier, Bruno Mauricio Macedo Curi, Bruno Felipe de Oliveira e Miranda, Denize Galvão Menezes Sampaio de Almeida, Gustavo da Gama Vital de Oliveira, Hugo Wilken Maurell, Jorge Celso Fleming de Almeida Filho, Marcus Abraham, Natalia Faria de Souza, Raphael Nogueira, Vanessa Huckleberry Portella Siqueira, Vanessa Reis.

PLANO DE AULAS**1ª Aula (3hr-aula). Tema: Tributo.**

Ementa: Natureza do CTN. Abordagem do primeiro, segundo e terceiro elementos componentes do conceito de tributo constante no art. 3º do CTN, envolvendo a noção de tributo como receita derivada, a dação em pagamento e a análise da jurisprudência do STF. Abordagem do quarto elemento componente do conceito de tributo constante no art. 3º do CTN, envolvendo a noção de hipótese de incidência e fato imponible, princípio do "pecunia non olet" e progressividade como emanção da extrafiscalidade. Abordagem do quinto elemento componente do conceito de tributo constante no art. 3º do CTN, envolvendo a noção de legalidade e as exceções ao princípio respectivo. Abordagem do sexto elemento componente do conceito de tributo constante no art. 3º do CTN, envolvendo a noção de capacidade tributária ativa e vinculação. Classificação quantitativa das espécies tributárias. Classificação qualitativa das espécies tributárias. Classificação qualitativa das espécies tributárias. Impostos: conceito, fato gerador, elementos causais e elemento finalístico.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: Espécies Tributárias.

Ementa: Impostos. Conceito. Características. Elementos Causais e Finalístico. Classificação: reais e pessoais; diretos e indiretos; fiscais e extrafiscais; instantâneos, complexivos e continuados. Taxas. Conceito. Base de Cálculo. Princípios de Justiça Fiscal. Competência Comum. Destinação da Taxa. Taxa e Preço Público: Distinção. Pedágio: Natureza Jurídica. Controvérsias. Contribuições de Melhoria. Conceito. Limites. Contribuições Parafiscais. Parafiscalidade. Requisitos. Espécies. Classificação: Contribuições Sociais (Contribuições da Seguridade Social e Contribuições Sociais Gerais); Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico; Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas (Contribuições Corporativas); Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP ou CIP). Empréstimos Compulsórios. Conceito. Requisitos. Natureza Jurídica.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: Obrigação Tributária, Crédito Tributário e Lançamento Tributário.

Ementa: Obrigação Tributária. Conceito. Natureza Jurídica. Elementos. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Obrigação Principal. Obrigação Acessória. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Sujeito Passivo. Responsabilidade tributária: Classificação. Distinção entre Responsabilidade por Substituição e Responsabilidade por Transferência. Responsabilidade por substituição: Substituição tributária "para frente". A questão da Pauta Fiscal. Substituição Tributária "para trás". Retenção na Fonte. Responsabilidade por Transferência: Transferência por Sucessão (sucessão imobiliária; sucessão causa mortis; sucessão societária; sucessão comercial). Transferência por Imputação Legal. Responsabilidade por Infrações. Denúncia Espontânea. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Crédito Tributário. Conceito. Fases de Concreção do Crédito Tributário. Lançamento Tributário. Natureza Jurídica do Lançamento Tributário. Lançamento e Câmbio. Princípios do Lançamento Tributário (Ricardo Lobo Torres): Vinculação à Lei; Irretroatividade; Irrevisibilidade; Inalterabilidade. Modalidades do Lançamento Tributário: Lançamento por Declaração ou Misto; Lançamento de Ofício ou Direto; Lançamento por Homologação.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: Suspensão, Exclusão e Extinção do Crédito Tributário.

Ementa: Suspensão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Causas de Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário: Moratória e Parcelamento; Depósito; Reclamações e Recursos Administrativos; Medida Liminar em Mandado de Segurança e Medida Liminar ou Tutela Antecipada em Outras Espécies de Ação Judicial. Extinção do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Extinção do Crédito Tributário. Causas de Extinção do Crédito Tributário: Pagamento (Imputação do Pagamento. Consignação em Pagamento. Pagamento Indevido. Repetição dos Tributos Indiretos. Prazo para o Ajuizamento da Ação Repetitória: Controvérsias); Compensação; Transação; Remissão; Prescrição e Decadência; Conversão de Depósito em Renda; Pagamento Antecipado e a Homologação do Lançamento; Consignação em Pagamento; Decisão Administrativa Irreformável; Decisão Transitada em Julgado; Dação em Pagamento. Exclusão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Exclusão do Crédito Tributário. Causas de Exclusão do Crédito Tributário: Isenção (natureza jurídica, classificação, isenção e alíquota zero, revogação de isenções, razoabilidade na concessão de isenções, interpretação das isenções). Anistia.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: Garantias do Crédito Tributário. Administração Tributária e Processo Tributário.

Ementa: Garantias do Crédito Tributário. Considerações Acerca das Garantias do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências (Concurso de Preferências. Crédito Tributário e Juízos Universais. Possibilidade de a Fazenda Requerer a Falência de Contribuinte. Concurso de Preferência entre os Entes Públicos: Inconstitucionalidade (?). Créditos Extraconcursais). Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Dívida Ativa. Certidões Negativas. A natureza das penalidades tributárias. Processo tributário judicial. Execução fiscal. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal. Processo Tributário Administrativo. Consulta tributária. Prescrição e decadência. Conselho de Contribuintes. Depósito em garantia de instância.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: Impostos em Espécie e Controvérsias Jurisprudenciais.

Ementa: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Fato gerador. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR). Conceito constitucional de renda. Aquisição econômica e jurídica de renda. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Fato gerador. Conceitos de operações, circulação e mercadoria. ICMS: não-cumulatividade. Natureza e regime dos créditos fiscais. ICMS: base de cálculo e alíquota. Neutralidade e seletividade. ICMS: Regime de

Substituição Tributária. ICMS na importação. Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD). Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

7ª Aula (3hr-aula). Tema: Discriminação de Rendas e Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.

Ementa: Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Competência Tributária. Conceito. Distinção entre Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa. Repartição Constitucional das Competências Tributárias: Competência Exclusiva; Competência Comum; Competência Residual; Competência Extraordinária. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Conceito. Princípios Constitucionais Tributários (Princípios-Garantia): Princípio da Legalidade; Princípio da Tipicidade; Princípio da Isonomia; Princípio da Irretroatividade; Princípio da Anterioridade (da não-surpresa); Princípio do Não-Confisco; Princípio da Liberdade de Tráfego; Princípio da Capacidade Contributiva e os Subprincípios da Progressividade, Proporcionalidade, Personalização e Seletividade. Imunidades Tributárias. Distinção entre Imunidade, Isenção e Não-Incidência. Imunidades a Impostos: Imunidade Recíproca; Imunidade dos Tempos de qualquer Culto; Imunidade dos Partidos Políticos e suas Fundações; Imunidade das Entidades Sindicais dos Trabalhadores; Imunidade das Entidades de Assistência Social e de Educação, sem fins lucrativos, que cumpram os requisitos legais; Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. Princípios Institucionais (Outras Vedações): Princípio da Uniformidade Geográfica; Princípio da Igualdade dos Entes da Federação no que tange às suas Obrigações; Princípio da Vedação de Isenções Heterônomas; Princípio da Vedação de Distinção quanto à Origem e o Destino das Mercadorias.

8ª Aula (3hr-aula). Tema: Atividade Financeira do Estado, Receita Pública e Despesa Pública.

Ementa: Atividade Financeira do Estado. Campos de Atuação. Receita Pública. Classificação. Discriminação de Rendas. Renúncias de Receita. Lei de Responsabilidade Fiscal e Receita Pública. Despesa Pública. Conceito. Características Principais. Relações entre Despesas e Receitas: Breve Histórico. Requisitos para a Despesa - Destinação. Classificação. Distinção entre Créditos Orçamentários e Adicionais. Realização da Despesa Pública. Geração da Despesa Pública. Despesa Obrigatória de Caráter Continuado. Despesas com Pessoal e com a Seguridade - Mecanismos de Controle.

9ª Aula (3hr-aula). Tema: Orçamento Público.

Ementa: Orçamento Público. Conceito. Natureza Jurídica. Fase Histórica. Constituição Orçamentária de 1988. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios Constitucionais Orçamentários.

10ª Aula (3hr-aula). Tema: Crédito Público e Fiscalização da Execução Orçamentária.

Ementa: Crédito Público. Conceito. Dívida Pública. Conceito. Classificação. Extinção. Controle e Fiscalização da Execução Orçamentária. Introdução. Modalidades de Fiscalização. Objeto da Fiscalização. Tipos de controle: controle interno e controle externo. Tribunal de Contas e a Constituição.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

Direito Tributário

ABRAHAM, Marcus. O planejamento tributário e o direito privado. 2 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
ABRAHAM, Marcus. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
AFONSO, José Roberto Rodrigues. Por que CPMF e DRU? Disponível em: <http://www.joserobertoafonso.com.br/>. Acesso em: set. 2017.
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2004.
ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.
BALEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7 ed. atualizada por Misabel DERZI. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
CARRAZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2001.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo, Saraiva, 2007.
CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário - fundamentos jurídicos da incidência. São Paulo, Saraiva, 1998.
CORREIA NETO, Celso de Barros. O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no Direito brasileiro. São Paulo: Almedina, 2016.
DERZI, Misabel Abreu Machado, BELTRÃO DA SILVA, José Afonso Bicalho; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves (Orgs.). ICMS: Diagnósticos e proposições - Relatório ao Governador do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.
MOLINA, Pedro M. H. Capacidade econômica e sistema fiscal: análisis del ordenamiento español a luz del derecho alemán. Marcial Pons.
NAVARRO COELHO, Sacha Calmon. Manual de direito tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
NOVELLI, Flávio Bauer. Segurança dos direitos individuais e tributação. Revista de Direito Tributário 25/26: 159-175, 1983.
NOVELLI, Flávio Bauer. Anualidade e anterioridade na constituição de 1988. Revista de Direito Administrativo 179/180: 19-50, 1990.
OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Direito tributário e meio ambiente: proporcionalidade, tipicidade aberta e afetação da receita. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Imposto de renda e capacidade contributiva (Leis 7.713/88 e 8.134/90). Revista de Direito Administrativo 189: 70-78, 1992.
PAULSEN, Leandro. Direito tributário: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado / ESMAFE, 2004.
QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. Imposto sobre a renda: requisitos para uma tributação constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. Sujeição passiva tributária. Rio de Janeiro, Forense, 2002.
ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro & direito tributário. 19 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
SCAFF, Fernando; MAUÉS, Antonio G. Moreira. Justiça constitucional e tributação. São Paulo: Dialética, 2005.
SOARES DE MELO, José Eduardo. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2005.
TIPKE, Klaus. Moral tributária del estado y de los contribuyentes. Madrid-Barcelona, Marcial Pons, 2002.
TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - valores e princípios constitucionais tributários - Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - os direitos humanos e a tributação: imunidades e isonomia - Vol. III. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - os tributos na constituição - Vol. IV. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
TORRES, Ricardo Lobo. Normas gerais antielisivas. In: _____ (Org.). Temas de interpretação do Direito Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 261-330.
XAVIER, Alberto. Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva. São Paulo: Dialética, 2002.

Direito Financeiro
ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro. 4 ed revista e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de responsabilidade fiscal - questões práticas (Lei Complementar n.º 101/00). Belo Horizonte: Fórum, 2006.
BALEIRO, Aliomar. Uma introdução às ciências das finanças. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 1991.
BRITTO, Carlos Ayres. O regime constitucional dos tribunais de con-

tas. In: SOUZA, Alfredo José de et al. O novo tribunal de contas: órgão protetor dos direitos fundamentais. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 59-75.

DERZI, Misabel Abreu Machado. In: NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Orgs.). Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2001.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. O devido processo legal e a responsabilidade do estado por dano decorrente do planejamento. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, n.º 56, 2002.

GUTIERREZ, Miguel Delgado. Repartição de receitas tributárias: a repartição de fontes de receita. Receitas originárias e derivadas. A distribuição da competência tributária. In: CONTI, José Maurício (Org.). Federalismo fiscal. São Paulo: Manole, 2004, p. 33-66.

JARACH, Dino. Finanzas públicas y Derecho Tributario. 2 ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1996.

MARTINS, Ives Gandra da Silva & NASCIMENTO, Carlos Valder do (Org.). Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2003.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Orçamentos e Finanças Públicas Democráticas. Um breve ensaio sobre legitimidade fiscal. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro - Volume VIII - Direito Financeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de & HORVATH, Estevão. Manual de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

RIBEIRO, Joaquim José Teixeira. Lições de finanças públicas. 5 ed. Coimbra: Coimbra, 1997.

ROCHA, Valdir de Oliveira (Org.). Aspectos relevantes da lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Dialética, 2001.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro & direito tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SILVA, José Afonso da. Orçamento-programa no Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

SOUZA FRANCO, Antônio L. de. Finanças públicas e direito financeiro - Volumes I e II. Coimbra: Almedina, 1998.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - o orçamento na constituição - Vol. V. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MÓDULO X - Sistemas de Integridade Pública e Privada

Coordenação: BRUNO FERNANDES DIAS

Carga Horária: 18 hr-aula

Ementa: Sistemas de integridade pública e privada. Distinções. Lei 12.846/2013 e sua regulamentação e aplicação no âmbito federal e pelos demais entes da federação. O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de acordo com a Lei nº 12.846/13 e sua regulamentação. Acordos de Leniência e Resolução Negociada em casos de corrupção. Aspectos peculiares da sistemática anticorrupção no Estado do Rio de Janeiro.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para compreender a principiológica e as regras vigentes no direito brasileiro a respeito da promoção da integridade nas esferas pública e privada.

Objetivos Específicos: Com uma visão focada na atuação da Advocacia Pública, pretende-se capacitar o aluno para exercer análise de risco de integridade na prática de atos administrativos e na conformação de políticas públicas, bem como para operacionalizar procedimentos de responsabilização em sede administrativa e judicial.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas, com prévia leitura de material e debates em sala de aula.

Programa: Introdução. Instrumentos normativos da Integridade. Princípios norteadores da promoção da Integridade. Acordos de Leniência. Estudo de casos relevantes. Discussão de caso gerador.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Antônio Nóbrega, Bernardo Bichara, Bruno Boquimpani, Bruno Fernandes Dias, Davi Marques, Joaquim Pedro Rohr, Paulo Enrique Mainier, Rafael Mendes Gomes, Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Victor de Aguiar Carvalho.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: Introdução ao problema da promoção da integridade no contexto da Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro

Ementa: Noções elementares da sistemática de integridade pública e privada e de combate à corrupção. Bases Normativas relevantes em matéria de integridade pública e privada. Prevenção, detecção e punição de condutas desviantes. Integridade na prática de atos administrativos e na conformação de políticas públicas. Pareceres PGE sobre temas de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria, Transparência, Leniência, Responsabilização Administrativa.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: Análise sistemática dos instrumentos normativos relacionados à integridade

Ementa: Instrumentos Internacionais. Instrumentos Estrangeiros. Instrumentos Nacionais. Instrumentos Estaduais.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: Princípios e institutos da Promoção da Integridade no setor público e no setor privado

Ementa: Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade. Análise de riscos e Controles internos. Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos na interação com o poder público. Canais de denúncias e diligências apropriadas. Monitoramento.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: Acordo de Leniência

Ementa: Elementos econômicos, jurídicos e institucionais dos acordos de Leniência. Requisitos e possíveis benefícios a serem negociados. Análise documental de termos firmados. Propina. Enriquecimento ilícito. Multa administrativa da Lei Anticorrupção. Multa Civil da Lei de Improbidade.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: Discussão de casos e desdobramentos da Operação Lava-Jato

Ementa: Análise documental.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: Resolução de um caso concreto e avaliação

Ementa: Identificação de responsável. Presença de programa de integridade. Prescrição e Decadência. Concomitância de procedimentos. Quantificação do dano. Vedações de contratar. Reparação do Dano. Multa.

BIBLIOGRAFIA:

Coletânea CGU

Controladoria Geral da União. Coleção Programa de Integridade. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/colecao-programa-de-integridade>.

Destaque da Obra CGU

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Guia prático de implementação de programa de integridade pública. Orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/integridade-2018.pdf>.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Guia prático de gestão de riscos para a integridade. Orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/manual-gestao-de-riscos.pdf>.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Manual prático de avaliação de programa de integridade em PAR. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/manual-pratico-integridade-par.pdf>.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Manual

para implementação de programas de integridade. Orientações para o setor público. Disponível em https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/manual_profip.pdf.

Controladoria-Geral da União. Guia de integridade pública. Orientações para a administração pública federal: direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/guia-de-integridade-publica.pdf>.

Controladoria-Geral da União. Guia de implantação de programa de integridade nas empresas estatais. Orientações para a gestão da integridade nas empresas estatais federais. Disponível em https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/guia_estatais_final.pdf.

Informações gerais no site da CGU: <https://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/programa-de-integridade>.

Materiais de Organizações

ANAC. Plano de integridade. Disponível em <https://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/PlanodeIntegridadeFINALv2.pdf>.

CORREIOS. Programa de integridade dos Correios. Disponível em <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/programa-de-integridade>.

Ministério da Fazenda. Comitê de Gestão de Riscos, Controle e Integridade - CGRCI. Plano de integridade do Ministério da Fazenda. 2018-2019. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/pmimf/frentes-de-atuacao/gestao-de-riscos/arquivos/2018-08-13-plano-de-integridade-mf-anexo-res-cgrci-04.pdf>.

OCDE. Avaliação da OCDE Sobre o Sistema de Integridade da Administração Pública Brasileira. Gerenciando Riscos por uma Administração Pública Íntegra. 2011. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/assuntos/articulacao-internacional/convencao-da-ocde/arquivos/avaliacaointegridadebrasileiraocde.pdf>.

OCDE. Recomendação do conselho da OCDE sobre integridade pública. Disponível em <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>.

Petrobras. Programa Petrobras de prevenção da corrupção. Disponível em https://www.investidorpetrobras.com.br/fck_temp/1015_2/file/Programa-Petrobras-Prevencao-Corrupcao-Portugues.pdf.

Doutrina

ALMEIDA FILHO, Jorge Celso Fleming de Almeida Filho Fleming de. Lei anticorrupção e compliance nas empresas: considerações sobre a Lei 12.846/2013. Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro - APERJ, v. 25, 2016.

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; CAVALCANTE, Rafael Jardim; COELHO, Sylvio Kelsen. Empresas Estatais: Governança, Compliance, Integridade e Contratações. Belo Horizonte: Fórum, 2019. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3967>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ANDRADE, J. P. S. d. (2017). O combate à corrupção no Brasil e a Lei nº 12.846/2013: A busca pela efetividade da lei e celeridade do processo de responsabilização através do acordo de leniência. Rev. Digit. Direito Adm. Revista Digital De Direito Administrativo, 4(1), 170.

ATHAYDE, A. (2019). Manual dos acordos de leniência do Brasil: Teoria e prática. Fórum.

BARETT, Pat. Achieving Better Practice Corporate Governance in the Public Sector. Australian National Audit Office. 26.06.2002. Disponível em: <https://www.anao.gov.au/sites/g/files/net1661f/Barrett_achieving_better_practice_corporate_governance_in_the_public_sector_2002.pdf>.

CANETTI, R. C. (2018). Acordo de leniência: Fundamentos do instituto e os problemas de seu transplante ao ordenamento jurídico brasileiro Fórum.

CAPANEMA, Renato de Oliveira. Compliance empresarial como mecanismo de redução da corrupção: o papel da coordenação-geral de integridade da CGU. 2016.

CARPENA, Heloisa. Compliance nas contratações com o Estado do Rio de Janeiro: Lei nº 7.753 torna obrigatórios os programas de integridade e afronta seu principal atributo. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=/www.jota.info/opiniaoe-analise/artigos/compliance-nas-contratacoes-com-o-estado-do-rio-de-janeiro-03102018. Acesso 15 jan. 2020.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: à luz da jurisprudência dos Tribunais e da casuística da Administração Pública. 5. ed. rev. atual. e aum. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 249-253.

CASTRO, Rodrigo Pironi Aguirre de; GONÇALVES, Francine Silva Pacheco. Compliance e Gestão de Riscos Nas Empresas Estatais. Belo Horizonte: Fórum, 2018. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1782>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CASTRO, Rodrigo Pironi Aguirre de; ZILLOTTO, Mirela Miró. Compliance Nas Contratações Públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2019. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3888>. Acesso em: 15 jan. 2020.

COUTINHO, Leandro de Matos. Compliance anticorrupção: a Lei das Estatais e a defesa do Estado Democrático de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. LIMA, Danielle Pinheiro Diógenes. Compliance: prevenção de responsabilidades nos negócios e contratos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CUÉLLAR, Leila. PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. A advocacia pública e combate à corrupção: destaque às previsões da Lei Anticorrupção. In BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani (Coord.). Prerrogativas da advocacia pública: direitos não são benefícios, mas instrumentos da democracia para uma atuação eficiente e ética no trato da coisa pública. Belo Horizonte: Fórum, 2016. P. 55/84.

DA SILVA, Vania Mendes Ramos. Gestão Pública e Compliance: Possibilidades de contribuição da Advocacia Pública na construção dos valores de probidade e contra a corrupção. Publicações da Escola da AGU, v. 11, n. 2, 2019.

DE MESQUITA, Camilla Bindilatti Carlí. O que é compliance público? Partindo para uma Teoria Jurídica da Regulação a partir da Portaria nº 1089 (25 de abril de 2018) da Controlaria-Geral da União (CGU). Journal of Law and Regulation, v. 5, n. 1, p. 147-182, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago. (2017). Lei anticorrupção comentada

DIAS, Bruno Fernandes. O papel da advocacia pública nos programas de integridade para o combate à corrupção nas empresas. Fórum Administrativo - FA, Belo Horizonte, ano 16, n. 182, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicntd=240102>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L.Volkmer de. (2016). Comentários sobre a lei anticorrupção.

DOS SANTOS, Mariana Costa. Compliance na administração pública: uma análise crítica sobre a natureza do instituto no setor público diante de outros mecanismos de controle. Lex Cult Revista do CCJF, v. 3, n. 2, p. 94-108, 2019.

FERNANDES, J. U. J. (2007). Os limites do poder fiscalizador do Tribunal de Contas do Estado. Id/496874 (Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/483/r142-15.PDF?sequence=4>)

FERNANDES, J. U. J. (2016). Tribunais de Contas do Brasil, volume 3 (4ª ed.). Belo Horizonte: Fórum.

GABARDO, Emerson et al. A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas que se relacionam com a Administração Pública. A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 15, n. 60, p. 129-147, 2015.

GALRÃO, Marina Caetano Sarraf. Acordo de leniência: Lei nº 12.846/2013 e Decreto Federal nº 8.420/2015. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFF, Belo Horizonte, ano 6, n. 16, p. 183-227, jan./abr. 2017.

GARCIA, Nicolás. (2018). Negociación en casos de corrupción: Fundamentos teóricos y prácticos. Valencia: Tirant lo Blanch.

GÓIS, Veruska Sayonara de. A Lei de Compliance e sua Configuração Enquanto Política Pública Regulatória para o Setor Privado Brasileiro. Revista Controle, Belo Horizonte, ano 2014, n. 2, dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicntd=240916>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GÓIS, Veruska Sayonara de; SANTOS, Antônia Edneuma dos; ROCHA, Ianara Maresa Macedo da. Marco normativo anticorrupção: desafios para implantação de compliance. 2016.

GUERRA, Gustavo Rabay. Governança ética e compliance: fundamentos da lei anticorrupção brasileira. Parahyba Judiciária, v. 11, n. 11, 2019.

MAIA ALVES, F. S... (2018). Análise da juridicidade do controle dos acordos de leniência da lei anticorrupção empresarial pelo tribunal de contas da união. Revista da AGU, 17(2).

MARTINI, Maira. U4 Expert Answer: Overview of integrity assessment tools. Disponível em: <https://www.u4.no/publications/overview-of-integrity-assessment-tools.pdf>.

MEDINA Osório, F. (2015). Direito administrativo sancionador. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MENDONÇA, André; NAGLE, Luz Estella; RODRÍGUEZ MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina. Lei Anticorrupção e quatro de seus principais temas: responsabilidade objetiva, desconsideração societária, acordos de leniência e regulamentos administrativos. Revista de Direito Público da Economia - RDPE, Belo Horizonte, ano 12, n. 47, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicnt=204512>. Acesso em: 15 jan. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; ACOCELLA, Jéssica. A exigência de programas de compliance e integridade nas contratações públicas: o pioneirismo do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Revista Brasileira de Direito Público, v.17, n.64, jan./mar. p. 9-30, 2019.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção). Revista Brasileira de Direito Público - RBDP, Belo Horizonte, ano 12, jan./mar. 2014.

Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicnt=110791>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironi Aguirre de. Compliance, Gestão de Riscos e Combate À Corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2018. Disponível em: https://www.forumconhecimentos.com.br/livro/1550. Acesso em: 15 jan. 2020.

PEREIRA NETO, Miguel. A Lei Anticorrupção e a Administração Pública estrangeira. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 331 - 357, Set/2014.

PORTO, Vinicius (Org.); MARQUES, Jader (Org.) O compliance como instrumento de prevenção e combate à corrupção. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. SCHRAMM, Fernanda Santos. Compliance nas contratações públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

REMÉDIO, J. A.; DA SILVA, M. R. (2018). Os acordos de WEBER, Mark. Compliance e responsabilidade empresarial: medidas anticorrupção à luz dos sistemas jurídicos do Brasil e dos Estados Unidos. Curitiba: Juruá, 2018.

ZENKNER, Marcelo. Integridade Governamental e Empresarial. Belo Horizonte: Fórum, 2019. Disponível em: https://www.forumconhecimentos.com.br/livro/3877. Acesso em: 15 jan. 2020.

ZYMLER, Benjamin; DIOS, Laureano Canabarro. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013): uma visão do controle externo. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

MÓDULO XI - Contratos Administrativos e Responsabilidade Civil do Estado

Coordenação: **FLÁVIO MÜLLER PUPO**
Carga Horária: 24 hr-aula

Ementa: Conceito de contrato administrativo. Mutações e constitucionalização do Direito Administrativo: novo paradigma. Princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública. Contratos administrativos: formação, características e extinção. Princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, em contratos de curta e de longa duração. Inadimplemento e solução judicial e extrajudicial de conflitos contratuais. Modalidades de contratos administrativos. Delegação de serviços públicos e parcerias na Administração Pública. Concessão de serviço público e parceria público-privada. Regime contratual das estatais. O papel das agências reguladoras e do Tribunal de Contas na formação e no controle dos contratos administrativos. Responsabilidade Civil do Estado: tipos, fundamentos e pressupostos. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado por ato ilícito, jurisdicional e legislativo. Ação indenizatória, reparação e a liquidação do dano.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Proporcionar ao aluno conhecer e pensar o debate doutrinário e a jurisprudência sobre as transformações do Direito Administrativo no campo dos contratos administrativos e da Responsabilidade Civil do Estado, de modo a habilitá-lo a se posicionar e a desenvolver sua atuação profissional.

Objetivos Específicos: Expor o conceito de contrato administrativo. Analisar a teoria da constitucionalização do Direito Administrativo e, sob tal perspectiva, os princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública. Compreender o significado de mudança de paradigma no Direito Administrativo, especificamente no campo do contrato administrativo e da Responsabilidade Civil do Estado. Estudar os conceitos de supremacia do interesse público e de cláusula exorbitante, à luz dos princípios e valores do Estado Democrático de Direito. Compreender o princípio constitucional do equilíbrio econômico-financeiro, em contratos administrativos de curta e de longa duração. Abordar criticamente a prestação de serviço público mediante contrato do Estado com particulares: regime jurídico da concessão de serviço público, das parcerias público-privada e outras figuras contratuais. Questionar o papel das Agências Reguladoras e do Tribunal de Contas. Debater o inadimplemento e extinção do contrato administrativo, especialmente no âmbito de ações judiciais e na via conciliatória. Estudar o regime jurídico das estatais. Pensar a Responsabilidade Civil do Estado, seus tipos, fundamentos e pressupostos, bem como causas de exclusão e os elementos da liquidação do dano.

Metodologia: Aulas expositivas. Discussão de textos e decisões judiciais. Debates. Estímulo à participação do aluno. Estudo de casos. Poderão ser desenvolvidas atividades individuais ou em grupo, por parte dos alunos.

Programa: Conceito de contrato administrativo. Mutações e constitucionalização do Direito Administrativo: novo paradigma. Princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública. Contratos administrativos: formação, características e extinção. Princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, de curta e de longa duração. Modalidades de contratos administrativos. Delegação de serviços públicos e parcerias na Administração Pública. Concessão de serviço público e parceria público-privada. Regime contratual das estatais. Contratos administrativos: inadimplemento. Solução judicial e extrajudicial de conflitos contratuais. Métodos de conciliação: arbitragem e mediação. O papel das agências reguladoras e do Tribunal de Contas na formação e no controle dos contratos administrativos. Responsabilidade Civil do Estado: tipos, fundamentos e pressupostos. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado por ato ilícito, jurisdicional e legislativo. Ação indenizatória, reparação e liquidação do dano.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Alexandre Santos Aragão, Alice Voronoff, Anderson Schreiber, André Cyrino, Caitlin Mulholland, Carlos Edson Monteiro do Rego, Flávio Amaral Garcia, Flávio Müller Pupo, Flávio de Araújo Willemann, Gustavo Binbenojm, Marcelo Calixto, Marianna Montebello Willemann, Patrícia Ferreira Baptista.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Princípios Gerais dos Contratos Administrativos**

Ementa: Conceito de contrato administrativo. Mutações e constitucionalização do Direito Administrativo: novo paradigma. Princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Contratos Administrativos: formação, características e extinção**

Ementa: Contratos administrativos: formação, características e extinção.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Modalidades de Contratos Administrativos**

Ementa: Modalidades de contratos administrativos. Delegação de serviços públicos e parcerias na Administração Pública. Concessão de serviço público e parceria público-privada. Regime contratual das estatais.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Equilíbrio Econômico-Financeiro**

Ementa: Princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, de curta e de longa duração.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Inadimplemento Contratual**

Ementa: Contratos administrativos: inadimplemento. Solução judicial e extrajudicial de conflitos contratuais. Métodos de conciliação: arbitragem e mediação.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **Agências Reguladoras**

Ementa: O papel das agências reguladoras e do Tribunal de Contas na formação e no controle dos contratos administrativos.

7ª Aula (3hr-aula). Tema: **Responsabilidade Civil do Estado (Parte I)**

Ementa: Responsabilidade Civil do Estado: tipos, fundamentos e pressupostos. Excludentes da responsabilidade civil.

8ª Aula (3hr-aula). Tema: **Responsabilidade Civil do Estado (Parte II)**

Ementa: Responsabilidade civil do Estado por ato ilícito, jurisdicional e legislativo.

Ação indenizatória, reparação e liquidação do dano.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ARAGÃO, Alexandre Santos. Direito dos Serviços Públicos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo. Direitos fundamentais, Democracia e Constitucionalização. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. 32ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos, casos e polêmicas. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade civil do Estado. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAGÃO, Alexandre Santos. Empresas Estatais, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

BAPTISTA, Patrícia. Transformações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo método. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BITTAR, Carlos Alberto; e BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Direito Civil Constitucional. 3ª ed. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais.

CALIXTO, Marcelo Junqueira. A culpa na responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CALIXTO, Marcelo Junqueira. A responsabilidade civil do fornecedor de produtos pelo risco do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CALIXTO, Marcelo Junqueira. Reflexões em torno do conceito de obrigação, seus elementos e suas fontes. In: Obrigações, estudo na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar: 2005.

CARDOSO, Vladimir Mucury. Revisão contratual e lesão à luz do Código Civil de 2002 e da Constituição da República. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRUZ, Gisele Sampaio da. O problema do nexo de causalidade na responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FACHIN, Luiz Edson. Releitura crítica de estatutos jurídicos fundamentais do Direito Privado: viagem de pedagogia. In: Teoria Crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 25/79.

GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos, casos e polêmicas. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

GARCIA, Flávio Amaral. Concessões, parcerias e regulação. São Paulo: Malheiros, 2019.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

GARCIA, Flávio Amaral. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. São Paulo: Dialética, 2002.

GARCIA, Flávio Amaral. Teoria Geral das Concessões de Serviço Público. São Paulo: Dialética, 2003.

KHOURI, Paulo R. Roque. A revisão judicial dos contratos no novo Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e Lei nº 8.666/93. São Paulo: Atlas, 2006.

KONDER, Carlos Nelson. Distinções hermenêuticas da constitucionalização do direito civil. In: Direito civil constitucional, São Paulo: Atlas, 2016, pp. 25-45.

MARQUES, Claudia Lima. O modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002. In: Princípios do Novo Código Civil Brasileiro e outros temas. São Paulo: Quartier Latin, 2008, pp. 130-169.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MATIIETTO, Leonardo de Andrade. O direito civil constitucional e a nova teoria contratual. In: Problemas de direito civil-constitucional. Rio de Janeiro, Renovar, pp. 163-186.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A caminho de um direito civil-constitucional. In: Na medida da pessoa humana. Estudos de direito civil-constitucional. Rio de Janeiro: Ed. Processo. 2016, pp. 3-20.

MOREIRA, Egon Bockmann. Tratado do equilíbrio econômico-financeiro. Contratos administrativos, concessões, parcerias público-privadas, taxa interna de retorno, prorrogação antecipada e relicitação. 2ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2020.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. A responsabilidade civil por presunção de causalidade. Ed. GZ. Rio de Janeiro, 2010.

NETO, Eugênio Facchini. Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado. In: Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado. Org. SARLET, Ingo Wolfgang. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2006, pp. 13-62.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Lesão nos contratos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil. Introdução ao direito civil constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PERLINGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SANTOS, Antônio Jeová. Função social do contrato. Lesão e imprevisão no CC/2002 e no CDC. 2ª ed. São Paulo: Método, 2004.

SARMENTO, Daniel. Direitos fundamentais e relações privadas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SCHREIBER, Anderson. A proibição do comportamento contraditório. Tutela da confiança e venire contra factum proprium. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SCHREIBER, Anderson. Direito Civil e Constituição. In: Direito civil constitucional, São Paulo: Atlas, 2016, pp. 1-23.

SCHREIBER, Anderson. Equilíbrio contratual. Dever de negociar. São Paulo: Saraiva, 2018.

SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TEPEDINO, Gustavo. Crises de fontes normativas e técnica legislativa na parte geral do Código Civil de 2002. In: A parte geral do novo Código Civil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

TEPEDINO, Gustavo. Notas sobre o nexo de causalidade. In: Temas de Direito Civil, Tomo II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 63/82.

TEPEDINO, Gustavo. Premissas metodológicas para a constitucionalização do Direito Civil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

WILLEMANN, Flávio de Araújo. Responsabilidade civil das agências reguladoras. 4ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2019.

WILLEMANN, Marianna Montebello. Accountability democrática e o desenho institucional dos tribunais de contas no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2020.

ZANETTI, Cristiano de Souza. Direito contratual contemporâneo. A liberdade contratual e sua fragmentação. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

C) EIXO CONTENCIOSO

MÓDULO XII - A Fazenda Pública em Juízo

Coordenação: **MARCO ANTÔNIO RODRIGUES**
Carga Horária: 30 hr-aula

Ementa: Fazenda Pública: conceito. Prerrogativas processuais: justificativa e constitucionalidade. Benefícios de prazo. Intimação pessoal. A Fazenda e os sujeitos do processo. Remessa necessária. Honorários nas ações em que a Fazenda é parte. Ônus financeiros do processo e Fazenda. Conciliação, mediação e arbitragem envolvendo a Fazenda. Defesa e recursos na defesa dos interesses da Fazenda. Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda. Execução Fiscal. Juizados Especiais da Fazenda. Fazenda Pública e precedentes. Gestão do contencioso pelo advogado público.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Abordar as principais características e peculiaridades da Fazenda Pública no direito processual civil brasileiro, bem como dos procedimentos especiais em que ela é parte.

Objetivos Específicos: Ao final do curso, os alunos estarem aptos a se tornarem advogados públicos de contencioso, a partir da aplicação das regras e procedimentos especiais envolvendo a Fazenda.

Metodologia: Expositiva e com participação dos alunos. Apresentação de doutrina, jurisprudência e estudos de casos.

Programa: Fazenda Pública: conceito. Prerrogativas processuais: justificativa e constitucionalidade. Benefícios de prazo. Intimação pessoal. A Fazenda e os sujeitos do processo. Remessa necessária. Honorários nas ações em que a Fazenda é parte. Conciliação, mediação e arbitragem envolvendo a Fazenda. Tutela Provisória e Fazenda. Fazenda. Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda. Juizados Especiais da Fazenda. Fazenda Pública e precedentes. Gestão do contencioso pelo advogado público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Alexandre Franco Freitas Câmara, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Bernardo da Silveira Latgé, Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler, Flávia Pereira Hill, Guilherme Jales Sokal, Humberto Dalla Bernardino de Pinho, Marco Antônio dos Santos Rodrigues, Rafael Gaia Edais Pepe, Rodrigo Altenburg Odebrecht Curi Gismondini.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Fazenda Pública e Prerrogativas processuais.**

Ementa: Fazenda Pública: conceito. Prerrogativas processuais: justificativa e constitucionalidade. Benefícios de prazo. Intimação pessoal.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **A Fazenda Pública e os sujeitos do processo.**

Ementa: A Fazenda como ré - revela envolvendo a Fazenda. Denúncia da lide e Fazenda. Intervenção anômala.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Conciliação, mediação e negócios processuais envolvendo a Fazenda.**

Ementa: Conciliação, mediação e negócios processuais envolvendo a Fazenda.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Arbitragem envolvendo a Fazenda.**

Ementa: Arbitragem envolvendo a Fazenda.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Tutela Provisória e Fazenda.**

Ementa: Aspectos gerais da tutela provisória. Limitações à tutela provisória em face da Fazenda. Peculiaridades da tutela provisória nas relações de direito público.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **Remessa necessária. Ônus financeiros do processo.**

Ementa: Remessa necessária. Honorários nas ações em que a Fazenda é parte. Ônus financeiros do processo e Fazenda.

7ª Aula (3hr-aula). Tema: **Fazenda Pública e precedentes. Gestão do contencioso pelo advogado público.**

Ementa: Microsistema de precedentes. Vinculações sobre a Administração Pública.

8ª Aula (3hr-aula). Tema: **Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda.**

Ementa: Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda.

9ª Aula (3hr-aula). Tema: **Execução Fiscal**

Ementa: Execução Fiscal

10ª Aula (3hr-aula). Tema: **Juizados Especiais da Fazenda.**

Ementa: Juizados especiais da Fazenda.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em juízo. 16. ed. São Paulo: GEN, 2019.

RODRIGUES, Marco Antonio. A Fazenda Pública no Processo Civil. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2018.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.); ARAUJO, José Henrique Mouta (Org.). Fazenda Pública (Coleção Repercussões do novo CPC, vol. 3). 2a. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos; BUENO, Cassio Scarpinella (Org.). Processo Tributário (Coleção Repercussões do novo CPC, volume 16). Salvador: Juspodivm, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Francisco Glauber Pessoa. A conciliação e a Fazenda Pública no direito brasileiro. Revista de Processo. São Paulo: RT, 2010, n. 187.

ALVIM, Eduardo Arruda. "Suspensão da eficácia da decisão liminar ou da sentença em mandado de segurança - aspectos controvertidos do art. 4o. da Lei 4.348/64". Aspectos polêmicos e atuais do mandado de segurança. Nelson Nery Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 246-286.

ANNUNZIATA, Marcelo. Tutela Antecipatória nas Ações Móveis contra o Poder Público, inclusive em Matéria Tributária. Revista Dialética de Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 1999, n. 41.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BENUCCI, Renato Luiz. Antecipação de tutela em face da Fazenda Pública. São Paulo: Malheiros, 2001.

BUENO, Cassio Scarpinella. O Poder Público em juízo. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUENO, Cassio Scarpinella. Tutela Antecipada e Ações contra o Poder Público (reflexão quanto a seu cabimento como consequência da necessidade de efetividade do processo). In: Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela. Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

CABRAL, Antonio Passos; CRAMER, Ronaldo (coord.). Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. A "execução negociada" de políticas públicas em juízo. Revista de Processo. São Paulo: RT, 2012, n. 212.

TALAMINI, Eduardo. Tutela de Urgência e Fazenda Pública. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, n. 152.

MÓDULO XIII - Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos
Coordenação: **FLÁVIO AMARAL GARCIA**
Carga Horária: 18 hr-aula

Ementa: Conflito e Consenso. Métodos autocompositivos e heterocompositivos. Mediação, Negociação e conciliação. Arbitragem e a Administração Pública. Dispute Board.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Compreender a autocomposição e a arbitragem sob a ótica do direito público brasileiro.

Objetivos Específicos: Estudar os elementos da mediação, negociação e conciliação, os sujeitos da autocomposição a partir do regime jurídico-administrativo e da arbitragem. Analisar o critério da indisponibilidade do interesse público e as adequações necessárias aos métodos autocompositivos. Tratar das normas que regulamentam a matéria.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com a interação entre os alunos e entre estes e o professor por meio de debates, discussões e estudo de casos e textos. Poderão, também, ser realizadas também atividades em grupo, para melhor fixação do conteúdo e sua aplicação a situações práticas.

Programa: Conflito e Consenso. Métodos autocompositivos e heterocompositivos. Mediação, Negociação e conciliação. Arbitragem e a Administração Pública. Dispute Board.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Artur Watt, Cesar Cury, Flávio Amaral Garcia, Gustavo Fernandes de Andrade, Mariana Souza, Renata Ruffo Rodrigues Pereira Rezende.

PLANO DE AULAS
1ª Aula (3hr-aula). Tema: Conflito e Consenso

Ementa: Conflito. Conflitos não judicializados, conflitos pré-judiciais e conflitos judicializados. Judicialização, jurisdição e contencioso: conceitos e distinções. Consenso, autonomia da vontade e interesse público. Indisponibilidade e Intransigibilidade dos Direitos, no âmbito privado e no âmbito público. Conflito coletivo envolvendo entes públicos. Conceito. Distinção em relação aos conflitos individuais; Vantagens do caminho consensual na resolução dos conflitos.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: Modos de Prevenção e de Resolução dos Conflitos

Ementa: Modos Consensuais de Resolução e de Prevenção de Conflitos, no Brasil e no Mundo. Lei de Mediação. Novo Código de Processo Civil. Mediação. Negociação. Conciliação - Conceito. Características. Métodos de prevenção e solução de conflitos envolvendo entes públicos. Diferentes escolas de mediação e os fundamentos básicos de negociação;

3ª Aula (3hr-aula). Tema: As Câmaras Públicas de Autocomposição

Ementa: Modo de funcionamento. Previsão Legal. Lei de Mediação. Novo Código de Processo Civil. Direitos, poderes, deveres e ônus do mediador. A Câmara de Autocomposição da União e a CASC. Estudo de Casos.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: Aspectos Gerais da Arbitragem

Ementa: Conceito e princípios da arbitragem. Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral. Procedimento Arbitral. O árbitro e suas funções - O dever de revelação. A sentença Arbitral

5ª Aula (3hr-aula). Tema: Arbitragem e a Administração Pública

Ementa: Arbitrabilidade Objetiva. A escolha das Câmaras Arbitrais e dos árbitros. O pagamento das custas e das despesas processuais. A sentença arbitral e os precatórios. Aspectos específicos da convenção de arbitragem. Os Decretos da União, Rio de Janeiro e São Paulo.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: Arbitragens envolvendo a União e Dispute Board

Ementa: Principais questões envolvendo as arbitragens federais. A organização da AGU. Desafios. Estudo de Casos. Dispute Board. Conceito e Finalidade. A governação dos contratos e a prevenção dos conflitos. Tipos de Dispute Board. As experiências nacionais e internacionais

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. LEVY, Daniel. ALVES, Rafael Francisco. Lei de arbitragem anotada: a jurisprudência do STF e do STJ. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ALVES, Marcus Vinicius Armani. A fazenda pública na arbitragem. São Paulo: Singular, 2019.

AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002. v. 1.

DALLA, Humberto. Ações de classe, direito comparado e aspectos processuais relevantes. Disponível <http://www.humbertodalla.pro.br/arquivos/acoes_de_classedireito%20comparado_e_aspectos_processuais_relevantes.pdf>. Consultado em 27 de fevereiro de 2011.

DAVI, Kaline Ferreira. Solução de Litígios pela Administração Pública sem intervenção do Judiciário. Revista da AGU, Brasília, DF, ano VII, n. 16, p. 183, 2008.

DAVI, Kaline Ferreira. Magistratura de Influência: uma alternativa ao contencioso administrativo tradicional. Revista Brasileira de Direito Público: RBDP, Belo Horizonte, v. 12, n. 45, p. 123-135, abr./jun. 2014.

DAVI, Kaline Ferreira. Brasil e França na busca por alternativas para a resolução de litígio administrativo: Apontamentos de um estudo comparado. Revista dos Tribunais, n.914, 2011 n. 914. p. 21

DAVI, Kaline Ferreira. Modos Alternativos de um Contencioso não Jurisdicional e o Papel a ser Desempenhado por uma Advocacia-Geral da União Cidadã. Revista Vencedores do Concurso de Monografia da AGU 2009-2010. Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal - Ano IV, n. 15 (fev./2012) - Brasília: EAGU

FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. ROCHA, Matheus Lins. FERREIRA, Débora Cristina Fernandes Ananias Alves. Lei de arbitragem comentada artigo por artigo. São Paulo: Juspodivm, 2019.

FICHTNER, José Antonio. MANNHEIMER, Sergio Nelson. MONTEIRO, André Luís. Teoria geral da arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MOESSA, Luciane de Souza (Coord.). Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 39-47.

MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública: fundamentos teóricos e soluções práticas. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

SALLA, Ricardo Medina. Arbitragem e Administração Pública: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

SALLES, Carlos Alberto de. Arbitragem em contratos administrativos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

TONIN, Mauricio Morais. Arbitragem, mediação e outros métodos de solução de conflitos envolvendo o poder público. São Paulo: Almedina, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAFÉ-SCHIMIDT, Jean Pierre. La médiation: une justice douce, Sirois, Paris, 1992, pp.182-184.

BRISSON, Jean-François. Régler Autrement les litiges administratifs : Les recours Gracieux et Hiérarchiques, voie alternative de protection des administrés ? Revista de Direito Público, 1996. pp.792-846.

DELAUNAY, Benedicte. L'amélioration des Rapports entre l'Administration et les Administrés. Bibliothèque de Droit Public, Paris, T. 72, LGDJ, p.

DELVOLVÉ, Pierre. Les solutions Alternatives aux Litiges entre les autorités administratives et les personnes privées: conciliation, médiation et arbitrage. Conférence Multilatérale, Lisbonne, le 31 mai- 2 juin 1999, Editions du Conseil de l'Europe, 2000, p. 17.

SCHIER, Paulo Ricardo. Interesses públicos versus interesses privados: Desconstruindo o Princípio da Supremacia do Interesses Público. Organizador: Daniel Sarmiento. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2005.

SERPA, Maria Nazareth. Teoria e prática da mediação de conflitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

MÓDULO XIV - Relações Contratuais de Trabalho da Administração Pública

Coordenação: **VICTOR FARJALLA**
Carga Horária: 12 hr-aula

Ementa: Relação Contratual Trabalhista. Empregados Públicos. Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreensão e visão sistemática das normas regentes das relações de trabalho da Administração Pública e da Previdência dos Servidores (Regime Próprio e Previdência Complementar).

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para uma leitura crítica dos regimes de trabalho e de previdência aplicáveis à Administração Pública, com identificação das distinções entre os regimes próprios e os gerais. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas. Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos do contencioso de pessoal na Administração Pública. Divulgação prévia de material de leitura para discussão em sala de aula.

Programa: Relação Contratual Trabalhista. Empregados Públicos. Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Otávio Calvet, Victor Farjalla.

PLANO DE AULAS
1ª Aula (3hr-aula). Tema: Direito do Trabalho na Administração Pública.

Ementa: Princípios, fontes e aplicação do Direito do Trabalho. A reforma trabalhista e seu impacto na Administração Pública empregadora. Contrato de trabalho com a Administração Pública. Na Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Nas estatais. Interesses em conflito e sua ponderação. Compatibilização dos princípios de Direito Administrativo e de Direito do Trabalho em sua aparente contradição. Restrições administrativas ao Direito do Trabalho.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: Contrato de trabalho. Espécies. Da admissão à extinção do contrato de trabalho. Terceirização de serviços.

Ementa: Admissão. Requisitos. Cargos e funções de confiança. Contrato a prazo indeterminado e a prazo determinado. Empregados autossuficientes. Trabalhador temporário. Contratos e cláusulas especiais. Teletrabalho. Trabalho intermitente. Trabalho a tempo parcial. Suspensão. Interrupção e Extinção do contrato de trabalho. A dispensa arbitrária ou sem justa causa e a motivação dos atos da Administração Pública. Garantia de emprego e estabilidade provisória. Justa causa para a dispensa. Terceirização de serviços.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: Trabalho e Salário. Meio ambiente de trabalho.

Ementa: Duração do trabalho. Regimes de duração do trabalho. Períodos de descanso. Flexibilização. Trabalho noturno. Remuneração. Princípios de proteção ao salário. Limitações remuneratórias na Administração Pública. Salário mínimo, piso salarial e salário profissional. Tutelas especiais. Meio ambiente do trabalho.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: Direito Coletivo do Trabalho. Inspeção do Trabalho.

Ementa: Negociação coletiva. Contratos normativos. Direito de Greve. Organização Sindical. Sindicalização do servidor público. Limites à negociação coletiva na Administração Pública. Dissídio Coletivo. Inspeção do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. O empregado público / Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Francisco Ferreira Jorge Neto. - 5ª ed. - São Paulo: LTr, 2016.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho / Mauricio Godinho Delgado - 16ª. Ed. rev. e ampl. - São Paulo: LTr, 2017.

FIGUEIREDO, G. J. P. . O Estado no Direito do Trabalho. 1. ed. São Paulo: LTr Editora Ltda., 1996. v. 1. 288p.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Princípios de direito do trabalho: fac-símadia/Américo Plá Rodrigues - São Paulo: LTr, 2015.

SALA FRANCO, Tomás. Los derechos sindicales de los funcionarios públicos. Tomás Sala Franco. Remedios Roqueta Buj. 2ª. Ed. Valencia. España. Editorial Tirant lo Blanch, 2019.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Direito constitucional do trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARJALLA, Victor. A Reforma Trabalhista e o Estado Empregador. Rio de Janeiro. Revista Eletrônica da PGE. Ed. 01/2018. <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br:4432/doutrina/a-reforma-trabalhista-e-o-estado-empregador>.

LUZ, José Aristeu da Silva. Comparativo entre as relações de trabalho dos servidores públicos e dos demais cidadãos trabalhadores. Rio de Janeiro. 2015. <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44082/comparativo-entre-as-relacoes-de-trabalho-dos-servidores-publicos-e-dos-demaiss-cidadaos-trabalhadores>.

MARQUES. Lorena de Magalhães Pereira. O Direito do Trabalho na Administração Pública. São Paulo. Âmbito Jurídico. 2005. <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-21/o-direito-do-trabalho-na-administracao-publica/>.

MÓDULO XV - Regime Jurídico dos Servidores Públicos

Coordenação: **ANTÔNIO JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE**
Carga Horária: 12 hr-aula

Ementa: A relação estatutária e a contratual administrativa: Aspectos gerais sobre a relação estatutária e a contratual administrativa. Cargos públicos: cargos, empregos e funções públicas; classificação dos cargos; criação, transformação e extinção de cargos; vacância; redistribuição de cargos e provimento de cargos. Concurso público e processos seletivos simplificados. Estágio experimental e estágio probatório. Estabilidade e vitaliciedade. Cessão de Servidores. Direito de greve. Questões controvertidas. O sistema constitucional dos servidores públicos: Aspectos Gerais. Remuneração: espécies; princípio da reserva legal; iniciativa para o processo legislativo; teto e subtelos remuneratórios; irredutibilidade; reposição ao Erário de parcelas indevidamente pagas. Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas; Regras orçamentárias (lei de responsabilidade fiscal e regime de recuperação judicial). Questões controvertidas. Responsabilidade funcional do servidor público. Aspectos gerais. Responsabilidade dos servidores públicos: natureza; responsabilidade primária, subsidiária e o direito de regresso; contraditório e a ampla defesa; independência relativa entre as instâncias penal, administrativa e cível; e anistia. Processos administrativos disciplinares: legislação; espécies; prescrição; termo de ajustamento de conduta; efeitos da aposentadoria sobre o processo disciplinar; e penas. Questões controvertidas.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreensão teórica e prática do regime estatutário e contratual administrativo dos servidores públicos.

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para adequada interpretação das normas que disciplinam o regime de trabalho do servidor público na Administração Pública. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Metodologia: Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos vivenciados na Administração Pública. Divulgação de material de leitura para discussão em sala de aula.

Programa: A relação estatutária e a contratual administrativa (Parte I). A relação estatutária e a contratual administrativa (Parte II). O sistema

constitucional dos servidores públicos. Responsabilidade funcional do servidor público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Mariana de Sousa Carvalho, Maurine Morgan Pimentel Feitosa.

PLANO DE AULAS
1ª Aula (3hr-aula). Tema: A relação estatutária e a contratual administrativa (PARTE I)

Ementa: 1) Aspectos gerais sobre a relação estatutária e a contratual administrativa. (2) Cargos públicos: (a) cargos, empregos e funções públicas; (b) classificação dos cargos; (c) criação, transformação e extinção de cargos; (d) vacância; (e) redistribuição de cargos e (f) provimento de cargos. (3) Concurso público e processos seletivos simplificados. (4) Estágio experimental e estágio probatório. (5) Estabilidade e vitaliciedade. (6) Cessão de Servidores. (7) Direito de greve. (8) Questões controvertidas.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: A relação estatutária e a contratual administrativa (PARTE II)

Ementa: 1) Aspectos gerais sobre a relação estatutária e a contratual administrativa. (2) Cargos públicos: (a) cargos, empregos e funções públicas; (b) classificação dos cargos; (c) criação, transformação e extinção de cargos; (d) vacância; (e) redistribuição de cargos e (f) provimento de cargos. (3) Concurso público e processos seletivos simplificados. (4) Estágio experimental e estágio probatório. (5) Estabilidade e vitaliciedade. (6) Cessão de Servidores. (7) Direito de greve. (8) Questões controvertidas.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: O sistema constitucional dos servidores públicos

Ementa: (1) Aspectos Gerais. (2) Remuneração: (a) espécies; (b) princípio da reserva legal; (c) iniciativa para o processo legislativo; (d) teto e subtelos remuneratórios; (e) irredutibilidade; (f) reposição ao Erário de parcelas indevidamente pagas. (3) Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas; (4) Regras orçamentárias (lei de responsabilidade fiscal e regime de recuperação judicial). (5) Questões controvertidas.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: Responsabilidade administrativa do servidor público

Ementa: 1) Aspectos gerais. (2) Responsabilidade dos servidores públicos. (a) natureza; (b) responsabilidade primária, subsidiária e o direito de regresso; (c) contraditório e a ampla defesa; (d) independência relativa entre as instâncias penal, administrativa e cível; e (e) anistia. (3) Processos administrativos disciplinares: (a) legislação; (b) espécies; (c) prescrição; (d) termo de ajustamento de conduta; (e) efeitos da aposentadoria sobre o processo disciplinar; e (f) penas. (4) Questões controvertidas.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2007.

CANELLAS, Alfredo (org.). Constituição Interpretada pelo STF, Tribunais Superiores e textos legais. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

CANOTILHO, J.J. Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. SARLET, Ingo Wolfgang. STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2018.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. NETO, Francisco Ferreira Jorge. O Empregado Público. São Paulo: LTr, 2009.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Servidor Público na Atualidade. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva educação, 2018.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Pareceres da PGE oportunamente divulgados

XVI - Regime Previdenciário dos Servidores Públicos

Coordenação: **ERICK TAVARES RIBEIRO**
Carga Horária: 12 hr-aula

Ementa: Direito Previdenciário. Noções Gerais. Previdência Social e Seguridade Social. Distinções relevantes. RGPS, RPPS e Previdência Complementar. Princípios gerais. Normas gerais (nacionais) e normas específicas (entes federados). Financiamento: repartição simples x capitalização. Custeio do RPPS. A aposentadoria no Regime Próprio. Aposentadoria voluntária. Aposentadoria compulsória. Aposentadoria por invalidez. Aposentadoria especial. Casos particulares. Aposentadoria dos professores. Tempo de contribuição computável para a aposentadoria. O Tribunal de Contas no exame dos atos de aposentadoria. Os Proventos de Aposentadoria. O cálculo dos proventos. Integralidade e Paridade. Reajuste e Revisão dos proventos. Cumulação de proventos. A pensão por morte no RPPS. Beneficiários. Valor e duração do benefício. Cálculo inicial e atualização do benefício. Cumulação com demais benefícios. Outras regras. Regime de Previdência Complementar. Desenho constitucional. Modalidade de contribuição definida. Conceitos básicos. Benefícios programados e não programados. Lei geral nacional. A lei do Estado do Rio de Janeiro.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreensão e leitura das Normas da Previdência dos Servidores (Regime Próprio e Previdência Complementar) como um sistema ordenado e lógico, com características próprias.

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para uma leitura crítica dos regimes de previdência aplicáveis aos servidores, inclusive com a identificação de equívocos nas reformas constitucionais sobre o tema. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Metodologia: Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos do contencioso previdenciário na Administração Pública. Divulgação prévia de material de leitura para discussão em sala de aula. Participação dos alunos em sala de aula, mediante debates e questionamentos pelo professor (método socrático).

Programa: Previdência dos Servidores. Princípios gerais. Custeio. Aposentadoria no Regime Próprio. Pensão por morte no Regime Próprio. A Previdência Complementar dos servidores.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Erick Ribeiro Tavares, Luis Felipe Sampaio de Almeida.

PLANO DE AULAS
1ª Aula (3hr-aula). Tema: Previdência. Princípios. Custeio.

Ementa: Previdência Social e Seguridade Social. Distinções Relevantes. RGPS, RPPS e Previdência Complementar. Princípios Gerais. Normas gerais (nacionais) e normas específicas (entes federados). Financiamento: repartição simples x capitalização. Custeio do RPPS.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: Aposentadoria no RPPS.

Ementa: A aposentadoria no Regime Próprio. Aposentadoria voluntária. Aposentadoria compulsória. Aposentadoria por invalidez. Aposentadoria especial. Casos particulares. Aposentadoria dos professores. Tempo de contribuição computável para a aposentadoria. O Tribunal de Contas no exame dos atos de aposentadoria. Os Proventos de Aposentadoria. O cálculo dos proventos. Integralidade e Paridade. Reajuste e Revisão dos proventos. Cumulação de proventos.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: Pensão por Morte no RPPS.

Ementa: A pensão por morte no RPPS. Beneficiários. Valor e duração do benefício. Cálculo inicial e atualização do benefício. Cumulação com demais benefícios. Outras regras.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **A Previdência Complementar dos Servidores**

Ementa: Regime de Previdência Complementar. Desenho constitucional. Modalidade de contribuição definida. Conceitos básicos. Benefícios programados e não programados. Lei geral nacional. A lei do Estado do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário, 23ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
DAL BIANCO, Dânae. Previdência Social Dos Servidores Públicos. São Paulo: LTR, 2013.
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário, 24ª ed. Niterói: Impetus, 2019.
LAZZARI, João Batista et. al. Comentários à Reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
LEAL, Bruno Bianco e PORTELA, Felipe Mémolo. Previdência em Crise. Diagnóstico e Análise Econômica do Direito Previdenciário. São Paulo: RT, 2018.
TAFNER, Paulo e NERY, Pedro Fernandez. Reforma da Previdência - Por Que o Brasil Não Pode Esperar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
TEIXEIRA FILHO, Agostinho Almeida (org.). Previdência Pública - Temas Controvertidos. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, Hermes Arrais et. al. Reforma da Previdência. São Paulo: Foco, 2020.
AMADO, Frederico. Reforma Previdenciária Comentada. Salvador: JusPodivm, 2019.
BEDONE, Igor Volpato, FERREIRA, Juliana de Oliveira Duarte e ROS-SATO, Luciano Alves. Direito Previdenciário Público: Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo. Salvador: JusPodivm, 2018.
CAMPOS, Marcelo Barroso. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos. Curitiba: Jurua, 2016.
KERTZMAN, Ivan e AMADO, Frederico. Estudos Aprofundados sobre a Reforma da Previdência. Salvador: JusPodivm, 2019.
LA BRADBURY, Leonardo Cacau Santos. Curso Prático de Direito e Processo Previdenciário. São Paulo: Atlas, 2020.
MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário (tomo IV - Previdência complementar). São Paulo: LTR, 2018.
MARTINS, Bruno Sá Freire. Direito Constitucional Previdenciário do Servidor Público. São Paulo: LTR, 2018.
SANTOS, Darcy Francisco Carvalho dos. A Previdência Social No Brasil. Uma Visão Econômica. 1923-2009. Porto Alegre, AGE, 2009.

XVII - Proteção Judicial de Políticas Públicas

Coordenação: **FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMANN**
Carga Horária: 18 hr-aula

Ementa: Atuação do Poder Público na defesa das políticas públicas. Prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo. Conceito e abrangência das políticas públicas. Separação dos poderes e reserva do possível. Conciliação e arbitragem na defesa das políticas públicas. Controle de Políticas Públicas por Tribunais de Contas e a interface com o Controle Judicial. Defesa judicial das políticas públicas: ação civil pública, mandado de segurança e suspensão de liminar. Atuação do administrador na execução de políticas públicas e a sua responsabilidade. Ação popular e improbidade administrativa. O processo estrutural como medida efetiva de controle de políticas públicas.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreender o conceito de políticas públicas e o alcance dos deveres impostos pela Constituição Federal e por leis ao Poder Público. Analisar os limites do controle (de ação e de omissão) do Estado na implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário e pelos demais órgãos de controle externo (Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais de Contas, por exemplo).

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a entender os problemas e as dificuldades que o Poder Público enfrenta a partir de demandas que postulam a implementação de políticas públicas, muitas vezes não dimensionadas pela Constituição Federal.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Eventuais apresentações de textos originais e palestras de convidados.

Programa: Atuação do Poder Público na defesa das políticas públicas. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. Conceito e abrangência das políticas públicas. Separação dos poderes e reserva do possível. Tribunais de Contas e Políticas Públicas. Defesa judicial das políticas públicas: ação civil pública, mandado de segurança e suspensão de liminar. Atuação do administrador na execução de políticas públicas e a sua responsabilidade. Ação popular e improbidade administrativa.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Cláudio Brandão de Oliveira, Eduardo Chow de Martino Tostes, Flávio de Araújo Willemann, José dos Santos Carvalho Filho, Luciana Losada Albuquerque Lopes, Marco Antônio Rodrigues, Marianna Montebello Willemann, Patrícia Ferreira Batista, Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Vanice Lírio do Valle.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Política Pública: conceito e estrutura normativa. Competências. Princípios que norteiam os serviços públicos. Abrangência do princípio da Universalidade.**

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Controle Judicial de ações e omissões administrativas em Matéria de Políticas Públicas.**

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **Política Pública, Tribunais de Contas e Controle Judicial.**

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **Políticas Públicas em Juízo: ação civil pública.**

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **Políticas Públicas e responsabilidade pessoal de agentes públicos: improbidade administrativa.**

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **O controle judicial de política públicas: processo estrutural.**

BIBLIOGRAFIA:

ARGUELHES, Diogo Werneck; LIMA, João Marcelo da Costa e Silva. Políticas públicas, interpretação judicial e as intenções do legislador: o ProUni e o "cripto-ativismo" do Supremo Tribunal Federal. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 4, n. 2, p. 163-192, maio/ago. 2017.
ATALIBA, Geraldo. Ação Popular na Constituição Brasileira, Brasil: Revista de Direito Público, nº 03, 1993.
BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Interesse público, v. 9, n. 46, p. 31-62, nov./dez. 2007.
BREUS, Thiago Lima. Políticas públicas no estado constitucional: problemática da concretização dos direitos fundamentais pela administração pública brasileiro contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
CARVALHO FILHO, J. dos S. Ação civil pública: comentários por artigo. Lei 7.347. de 24.07.1985.2. Edição. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
CHOUKR, Fauzi Hassan. Ministério Público e políticas públicas em Chaves, Cristiano; Moreira Alves, Leonardo Barreto; Rosenvald, Nelson (Coord.). Temas atuais do Ministério Público: a atuação do Parquet nos 20 anos da Constituição Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. RT 737/17.
DECOMAIN, Pedro Roberto. Ação Popular, o conceito tradicional de cidadão e uma proposta para a respectiva ampliação. Revista dialética do Direito Processual Civil, Nº 61, 2008
DIDIER, Fredie; ZANETI, Hermes. Curso de direito processual civil - processo coletivo.12. ed. São Paulo: Juspodivm.

DINIZ, Debora; MACHADO, Teresa Robichez de Carvalho; PENALVA, Janaina. A judicialização da saúde no Distrito Federal, Brasil. Ciência & Saúde coletiva, v. 19, n. 2, p. 591-598, fev. 2014.
FAZZIO JR, Waldo. Improbidade Administrativa. São Paulo: Atlas.
FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Ação Civil Pública. Ação Popular: A defesa dos interesses difusos e coletivos na posição do Ministério Público. Revista Trimestral de Direito Público, Nº 16, 1996.
GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva.

MANCUSO, R. de C. A Ação civil pública como instrumento de controle judicial das chamadas políticas públicas em Milaré, E. Ação civil pública - Lei 7.347/1985 - 15 anos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora; SCHWARTZ, Ida Vanessa Doederlein Schwartz. A tese da judicialização da saúde pelas elites: os medicamentos para mucopolissacarídeos. Ciência & Saúde coletiva, v. 18, n. 4, p. 1089-1098, abr. 2013.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. Rio de Janeiro: Forense.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Manual de improbidade administrativa. 4. ed. São Paulo: Método.

Publicações da Escola da AGU. 25 anos da Constituição e a Defesa da União no STF: Casos Emblemáticos - Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal - Ano V, n. 26 (mar./2013).- Brasília: EAGU - mensal.

SARLET, Ingo Wolfgang. Usos e abusos em matéria de direitos sociais ou a jurisdição constitucional na esfera do controle de políticas públicas e na (des?) construção do estado democrático de direito. IN: GLEZER, Rubens; VIEIRA, Oscar Vilhena (Org.). A razão e o voto: diálogos constitucionais com Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro: FGV, 2017. p. 309-354.

SEABRA, Miguel Fagundes. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. Rio de Janeiro: Editora Forense.

SILVA, Virgílio Afonso da. O Judiciário e as políticas públicas: entre transformação social e obstáculo à realização dos direitos sociais. IN: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de;

SARMENTO, Daniel. Direitos sociais: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécies, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. P. 587-599.

WILLEMANN, Marianna Montebello. Accountability Democrática e o Desenho Institucional dos Tribunais de Contas no Brasil. 2a ed. Belo Horizonte: Forum, 2020.

D. EIXO METODOLÓGICO**XVIII - Metodologia do Trabalho Científico**

Coordenação: **PEDRO HENRIQUE VEIGA CHRISMANN**

Carga Horária: 30 hr-aula

Ementa: Conhecimento científico e ciência. Diferentes tipos de conhecimento. Ciência e as diferentes áreas do saber. Direito como ciência social aplicada. Métodos científicos. Conceito de método. Métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. Metodologias quantitativa e qualitativa. Metodologia da pesquisa jurídica. Construção da hipótese. Como escolher o tema da pesquisa. Problemas de pesquisa. Hipótese. Delimitação do material de pesquisa. Respostas científicas para questões jurídicas controversas. Quando usar: parte histórica, direito comparado, jurisprudência, análise de caso, interdisciplinaridade, entrevistas. Estruturando o projeto: elementos necessários e a formatação. Organização e etapas do trabalho. Escolha do orientador. Como fazer e organizar pesquisa bibliográfica. Leitura, fichamento e organização do material de leitura. Análise jurisprudencial: a pesquisa por meio de operadores bloomerianos, a montagem dos case brief e organização do material de pesquisa. Estrutura do trabalho de conclusão de curso. Redação e a escrita em camadas. Modalidades de citação e a organização das notas de rodapé e das referências bibliográficas. Formatação do trabalho acadêmico.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreender o estado da arte das pesquisas em direito e das metodologias envolvidas neste tipo de trabalho, especialmente das abordagens empíricas.

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a redigir um projeto de pesquisa adequado a servir como TCC do curso de especialização. Ensinar aos estudantes sobre as peculiaridades da redação de trabalhos na modalidade "artigos", bem como otimizar a possibilidade de sua publicação em revistas do estrato superior do Qualis.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Atividades programadas em sala, especialmente exercícios práticos na construção de projetos de pesquisa. Análise crítica dos projetos de pesquisas formulados pelos colegas, possibilitando diálogos produtivos entre os estudantes.

Programa: Questões metodológicas. A concepção do trabalho acadêmico. A execução da pesquisa. A produção do trabalho acadêmico. Análise e discussão dos projetos de pesquisa.

Critério de Avaliação: Deverá ser apresentado um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de até 10 páginas sobre um tema ou questão abordado durante todo o curso.

Corpo Docente: Michele Pedrosa Paumgarten, Pedro Henrique Veiga Chismann, Rachel Herdy.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3hr-aula). Tema: **Questões metodológicas (Parte 1)**

Ementa: Conhecimento científico e ciência. Métodos científicos. Metodologia da pesquisa científica.

2ª Aula (3hr-aula). Tema: **Questões metodológicas (Parte 2)**

Ementa: O início da pesquisa. Recorte epistemológico. A escolha do tema de pesquisa. O problema investigativo. Construção da hipótese.

3ª Aula (3hr-aula). Tema: **A concepção do trabalho acadêmico (Parte 1)**

Ementa: Como delimitar o material de pesquisa? Parte histórica. Direito comparado. Análise jurisprudencial. Estudo de caso. Interdisciplinaridade. Entrevistas.

4ª Aula (3hr-aula). Tema: **A concepção do trabalho acadêmico (Parte 2)**

Ementa: O projeto de pesquisa. Noções preliminares e estrutura formal. Elementos necessários.

5ª Aula (3hr-aula). Tema: **A execução da pesquisa (Parte 1)**

Ementa: Organização e as etapas de trabalho. Revisitando o cronograma. Escolha do orientador. Como fazer pesquisa bibliográfica.

6ª Aula (3hr-aula). Tema: **A execução da pesquisa (Parte 2)**

Ementa: Leitura e fichamento. Desafios contemporâneos. Análise do texto. Síntese e organização. Como fazer pesquisa jurisprudencial. Operadores bloomerianos. Como produzir case briefs e organizar material de pesquisa jurisprudencial.

7ª Aula (3hr-aula). Tema: **A produção do trabalho acadêmico (Parte 1)**

Ementa: Estrutura do trabalho. Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Redação para o leitor. Linguagem acadêmica. Escrita em camadas.

8ª Aula (3hr-aula). Tema: **A produção do trabalho acadêmico (Parte 2)**

Ementa: Citação e referências bibliográficas. Modalidades de citação. Quando é citação e quando é plágio. Sistemas de chamada. Notas de rodapé. Referências bibliográficas. Formatação do trabalho acadêmico.

9ª Aula (3hr-aula). Tema: **Análise e discussão dos projetos de pesquisa (Parte 1)**

Ementa: Análise e discussão dos projetos produzidos pelos alunos.

10ª Aula (3hr-aula). Tema: **Análise e discussão dos projetos de pesquisa (Parte 2)**

Ementa: Análise e discussão dos projetos produzidos pelos alunos.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MEZZARROBA, Ordes; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2003.
QUEIROZ, Rafael Mafei Ribeiro; FEFERBAUM, Marina. Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2012.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
TRUJILLO FERRARI, A. Metodologia da ciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINKER, Steven. Guia de Escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
SHECAIRA, Fábio P.; STRUCHINER, Noel. Teoria da argumentação jurídica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Contraponto, 2016.

ANEXO IV

Corpo Docente Permanente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Advocacia Pública da Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGE-RJ)

AILTON CARDOZO DA SILVA JÚNIOR

Mestre em Regulação da Indústria de Energia pela universidade Salvador, UNIFACS;

ALEXANDRE ANTONIO FRANCO FREITAS CÂMARA

Doutor (2017) em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG; Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

Mestre (2001) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutor (2005) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, USP. Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

ALICE BERNARDO VORONOFF DE MEDEIROS

Mestre (2012) e Doutora (2017) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ALZEMER MARTINS RIBEIRO DE BRITTO

Mestre (2003) em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, UFBA.

ANA LUÍZA FERNANDES CALIL

Mestre (2019) em Direito Público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA DE BARCELLOS

Mestre (2001) e Doutora (2004) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Pós-doutora (2013) pela Harvard T.H. Chan School of Public Health, EUA; Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDERSON SCHREIBER

Mestre (2003) em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutor (2006) em Direito Privado Comparado pela Università degli studi del Molise, Itália; Professor Titular de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDRÉ RODRIGUES CYRINO

Mestre (2008) e Doutor (2015) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2009) pela Yale Law School, EUA; Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDRÉ SADDY

Mestre (2010) em Administração Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, UL, Portugal; Doutor (2011) em Direito pelo Departamento de Direito Administrativo da Universidad Complutense de Madrid, UCM, Espanha; Pós-Doutor (2013) em Direito pela University of Oxford, Inglaterra; Professor da Universidade Federal Fluminense, UFF.

ANDRÉA SIQUEIRA

Mestranda em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDREA VELOSO CORREIA

Professora na Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ.

ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA

Mestre (2016) e Doutorado em Direito Público pela Universidade do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ.

ANTONIO CARLOS VASCONCELLOS NÓBREGA

Mestre (2015) em Direito pela Universidade Católica de Brasília, UCB/DF.

ANTONIO JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE

Pós-graduado (2003) em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas, FGV; Mestre (2015) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ARMANDO MANUEL DA ROCHA CASTELAR PINHEIRO

Mestre (1981) em Estatística pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA; Mestre (1983) em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutor (1989) em Economia pela University of California System, UC System, Berkeley; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

ARTUR WATT NETO

Mestre (2015) em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

BERNARDO BICHARA FARIA COELHO

Pós-Graduado (2012) em Direito do Estado e Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ; Mestrando em Direito (?) pela Universidade Católica de Petrópolis, UCP.

BERNARDO DA SILVEIRA LATGÉ

Pós-Graduado (2015) em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

BIANCA RAMOS XAVIER

Mestre (2009) em Direito pela Universidade Cândido Mendes, UCAM; Doutora (2016) em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

BRUNO BOQUIMPANI SILVA

Pós-graduado (2005) em Direito Societário e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas, FGV.

BRUNO FELIPE DE OLIVEIRA E MIRANDA

Pós-Graduado (2012) em Direito Tributário pela Uniderp-Anhanguera, Rede LFG; Mestrando em Direito da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ.

BRUNO FERNANDES DIAS

Mestre (2015) e Doutor (2020) em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2018) em International Business Law pela Universität Zürich, Suíça (2018).

BRUNO MAURÍCIO MACEDO CURI

Mestre (2007) em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense, UFF; Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (PPGD/UFRJ); Professor Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

BRUNO VINÍCIUS DA RÓS BODART

Mestre (2012) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2018) pela Harvard Law School.

CAITLIN SAMPAIO MULHOLLAND

Mestre (2002) e Doutora (2006) em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

CARLOS ARI VIEIRA SUNDFELD

Mestre (1987) e Doutor (1991) em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, FGV-SP.

CARLOS DA COSTA E SILVA FILHO

Mestre (2008) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO

Mestre (1996) em Direito da Cidade e Doutor (2005) em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ;

CARLOS EDUARDO FRAZÃO DO AMARAL

Mestre (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo, USP; Professor do Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP.

CESAR FELIPE CURY

Mestre (2017) e Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá, UNESA.

CHRISTIANO DE OLIVEIRA TAVEIRA

Mestre (2004) e Doutor (2010) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

CLÁUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA

Mestre (2003) em Direito pela Universidade Gama Filho, UGF; Doutor (2017) em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense, UFF; Professor da Universidade Federal Fluminense, UFF.

CRISTIANE VIEIRA JACCOUD DO CARMO AZEVEDO

Mestre (2008) em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos, UNISANTOS; Doutora (2014) em Engenharia de Produção e Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Pós-Doutora (2019) pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, UFF.

DANIEL WEI LIANG WANG

Mestre (2009) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP; Mestre (2010) em Filosofia e Doutor (2013) em Direito pela London School of Economics, LSE. Post-Doctoral Fellow (2014) na London School of Economics and Political Science, LSE; Professor Associado da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Queen Mary - University of London, QMUL, Inglaterra.

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA

Mestre (2003) e Doutora (2008) em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

DAVI MARQUES DA SILVA

Mestre (2004) em Direito e Doutorando em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ.

DENIZE GALVÃO MENEZES SAMPAIO DE ALMEIDA

Master of Laws (LL.M., 2013) em Litigation: Novos Desafios dos Consciosos pela Fundação Getúlio Vargas, FGV- RJ.

EDUARDO CHOW DE MARTINO TOSTES

Mestre (2018) em Justiça Administrativa e Doutorando em Direito, Instituições e Negócios pela Universidade Federal Fluminense, UFF; Professor Visitante da Universidade Federal Fluminense, UFF.

EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA

Doutor (2014) e Mestre (2008) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ELAYNE MARIA SAMPAIO RODRIGUES MAHLER

Mestre (2011) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora Auxiliar da Universidade Católica de Petrópolis, UCP.

EMILIANO RODRIGUES BRUNET DEPOLLI PAES

Mestre (2011) e Doutor (2017) em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

ERICK RIBEIRO TAVARES

Mestre (2006) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ

ESTEVAO GOMES CORRÊA DOS SANTOS

Mestre (2016) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (2018) pela Harvard Law School, USA.

FABIANA MORAIS BRAGA MACHADO

Mestre (2008) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FÁBIO SANTOS MACEDO

Mestre (2019) em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa, Portugal.

FÁBIO PERIN SHECAIRA

Mestre (2009) em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutor (2012) em Filosofia pela McMaster University, Canadá; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

FELIPE DE MELO FONTE

Mestre (2009) e Doutor (2016) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2015) pela Harvard Law School; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ

FELIPE DUTRA ASENSI

Mestre (2008) em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ; Doutor (2012) em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IESP/UERJ; Pós-Doutor (2014) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

FELIPE LIMA ARAUJO ROMERO

Pós-Graduado (2017) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FERNANDA DELGADO DE JESUS

Mestre em Engenharia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ; Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

FERNANDO ANGELO RIBEIRO LEAL

Mestre (2006) e Doutor (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutor (2014) em Direito pela Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, Alemanha; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

FERNANDO CAVALCANTI WALCACER

Pós-Graduado em Direito pelo Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, CEPED- UERJ; Professor Adjunto da Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

FERNANDO FRÓES OLIVEIRA

Mestre (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FERNANDO TAVARES CAMACHO

Mestre (2002) em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, FGV; Mestre (2002) em Métodos Matemáticos em Finanças pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA; Doutora (2010) em Economia pela University of Queensland, Austrália.

FLÁVIA PEREIRA HILL

Mestre (2008) e Doutora (2013) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FLAVINE MEGHY METNE MENDES

Mestre (2013) em Direito Regulatório pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Doutora (2019) em Direito Regulatório pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

FLÁVIO AMARAL GARCIA

Mestre (2003) em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes, UCAM; Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, UC; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMANN

Mestre (2004) em Direito pela Universidade Candido Mendes, UCAM; Doutorando em Direito, Instituições e Negócios na Universidade Federal Fluminense, UFF.

FLAVIO MULLER DOS REIS DE SALLES PUPO

Mestre (1997) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

FLORIANO PEIXOTO DE AZEVEDO MARQUES NETO

Doutor (1999) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP; Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Universidade de São Paulo, USP.

GUILHERME JALES SOKAL

Mestre (2011) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

GUSTAVO BINENBOJM

Mestre (2000) e Doutor (2006) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2003) pela Yale Law School, EUA; Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

GUSTAVO DA GAMA VITAL DE OLIVEIRA

Mestre (2009) e Doutor (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

GUSTAVO FERNANDES DE ANDRADE

Masters of Law (LL.M., 1999) pela University of Pennsylvania, EUA; Master of Laws (LL.M., 2005) pela University of Cambridge, Inglaterra

GUSTAVO SAMPAIO TELLES FERREIRA

Mestre (1999) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Doutor (2009) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, UFF.

HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR

Mestre (1988) em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutor (1993) em Economia Aplicada pela Université Pierre-Mendès-France, Grenoble II, França; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

HUGO WILKEN MAUREL

Pós-Graduação (2009) em Processo Civil pela Universidade Veiga de Almeida, UVA; Pós-Graduado em Direito Público pela Universidade Gama Filho, UGF; Pós-Graduado (LL.M, 2013) em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ;

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

Mestre (1997) e Doutor (2000) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Pós-Doutor (2004) pela University of Connecticut School of Law, EUA; Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

JOAQUIM PEDRO ROHR

Pós-Graduado (2015) em Direito do Estado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

JORGE CELSO FLEMING DE ALMEIDA FILHO

Mestre (2013) em Direito Tributário e Financeiro e Doutor (2019) em Tributação, Finanças Públicas e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ;

JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA

Promotor de Justiça, Assessor do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ).

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

Mestre (2011) em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP; Doutor (2019) em Direito Público pela Université Paul Cezane, Aix Marseille III, França; Pós-Doutorando em Direitos Sociais pela Universidad de Salamanca, USAL (Espanha); Professor Titular do Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP.

JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA

Mestre (2005) e Doutor (2010) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of laws (LL.M., 2013) pela Harvard Law School; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

JULIANA BONACORSI DE PALMA

Mestre (2010) e Doutora (2014) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP; Master of Laws (LL.M., 2015) pela Yale Law School, EUA; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV/SP.

LEONARDO COELHO RIBEIRO

Mestre (2015) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, EMERJ.

LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA

Pós-Graduado (2013) em Civil e Processo Civil pelo Centro Universitário Fluminense, UNIFLU; Mestrando em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade de Lisboa, Portugal.

LUCIANA LOSADA ALBUQUERQUE LOPES

Mestre (2004) e Doutora (2009) em Direito pela Universidade Gama Filho, UGF.

LUIS FELIPE SAMPAIO DE ALMEIDA

Mestre (2015) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO

Mestre (2003) e Doutor (2007) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MARCELO RANGEL LENNERTZ

Mestre (2008) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Master of Laws (LL.M., 2010) pela Yale University, EUA.

MARCELO SANTINI BRANDO

Mestre (2013) e Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

MARCELLO TERTO E SILVA

Pós-Graduado (2005) em Advocacia Pública pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal; Pós-Graduado (2010) em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes, UCAM.

MARCO ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES

Mestre (2006) e Doutor (2013) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Pós-doutor (2016) em Direito pela Universidade de Coimbra, UC; Professor Adjunto Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade Candido Mendes (UCAM); Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

MARCOS ANDRÉ BRUXEL SAES

Pós-Graduado (2008) em Direito Processual Penal (2008) e em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI; Professor titular da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

MARCUS ABRAHAM

Mestre (2010) em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes, UCAM; Doutor (2005) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Pós-Doutor (2019) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Pós-Doutor (2018) na Universidade de Lisboa, UL; Professor da Universidade de Lisboa, UL; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

Mestre (1994) e Doutora (2000) em Direito Universidade de São Paulo, USP; Professora da Universidade de São Paulo, USP.

MARIANA DE SOUSA CARVALHO

Pós-Graduada (2011) em Direito do Estado e da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ; Mestre (2014) em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, Portugal.

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMANN

Mestre (2001) e Doutora (2016) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

MAURICIO MOURA PORTUGAL RIBEIRO

Mestre (2002) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Master of Laws (LL.M., 2004) pela Harvard Law School, EUA. Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

MAURINE MORGAN PIMENTEL FEITOSA

Mestre (2017) e Doutoranda em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MICHELE PEDROSA PAUMGARTTEN

Mestre (2012) em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Doutora (2019) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professora da IBMEC; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora condenada da Universidade Estácio de Sá, UNESA; Professora da Universidade Candido Mendes, UCAM.

NATÁLIA FARIA DE SOUZA

Mestre (2017) em Direito e Políticas Públicas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO

NOEL STRUCHINER

Mestre (2001) e Doutor (2005) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

OSCAR GRAÇA COUTO NETO

Mestre (1991) em Direito - Ênfase em Direito Ambiental pela University of Michigan, UMICH; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

OTAVIO AMARAL CALVET

Mestre (2005) e Doutor (2015) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor convidado da Faculdade de Direito de Vitória, FDV; Professor convidado da Faculdade Baiana de Direito, FBD; Professor convidado da Faculdade CESUSC; Professor da IBMEC.

PATRICIA FERREIRA BAPTISTA

Mestre (2001) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutora (2006) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, USP; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

PATRICIA PERRONE CAMPOS MELLO

Mestre (2007) e Doutora (2014) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB.

PAULO DE BESSA ANTUNES

Mestre (1982) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutor (1999) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA

Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGE-RJ)

PEDRO DE HOLLANDA DIONISIO

Mestre (2019) e Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

PEDRO HENRIQUE VEIGA CHRISMANN

Mestre (2013) e Doutor (2017) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Assessor da IBMEC.

RACHEL HERDY DE BARROS FRANCISCO

Mestre (2006) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutora (2011) em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ;

RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

Mestre (2007) em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutor (2015) em Direito pela Universidade Veiga de Almeida, UVA; Pós-doutor (2016) em Direito pela Fordham University School of Law (NY), FU/NY; Professor titular da IBMEC; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

RAFAEL GAIA EDAIS PEPE

Mestre (2019) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (2015) pela Columbia University (Nova Iorque), CUSL.

RAFAEL MENDES GOMES

Pós-Graduado (1998) em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP; Pós-Graduado (2001) em Negócios na Era Digital pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-SP; Pós-Graduado (2009) em Gestão Empresarial pelo Programa Avançado de Gestão (Advanced Management Program) da Escola de Administração IESE Business School, da Universidade de Navarra, Espanha.

RAFAEL LIMA DAUDT D'OLIVEIRA

Mestre (2016) em Direito em Ciências Jurídico-Políticas/ Menção em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente; Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

RAPHAEL ANTONIO NOGUEIRA

Mestre (2019) em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE

Pós-Graduada em Advocacia Pública pela Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGE-RJ)

RENATO TOLEDO CABRAL JUNIOR

Mestre (2019) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

RODRIGO ALTENBURG ODEBRECHT CURI GISMONDI

Mestre (2016) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

RODRIGO BORGES VALADÃO

Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGE-RJ); Mestre (2008) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutorando em Teoria do Direito pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, Alemanha.

RODRIGOS TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS

Mestre (2000) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, Portugal; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

SERGIO ANTÔNIO FERRARI FILHO

Mestrado (2002) e Doutorando (2010) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

SONIA MARIA GOULART GONÇALVES

Mestre (2006) em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, pela Universidade Católica de Brasília, UCB/DF; Professora da Escola Nacional de Administração Pública, ENAP.

THIAGO CARDOSO ARAUJO

Mestre (2009) em Direito Público e Doutor (2015) em Teoria e Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

THIAGO MAGALHÃES PIRES

Mestre (2011) e Doutor (2017) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor convidado do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCRIM.

THIAGO MARRA DE MATOS

Mestre (2005) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP (2005); Doutor (2009) e Pós-doutor (2018) em Direito Público pela Ludwig Maximilians Universität - München, LMU, Alemanha; Professor da Universidade de São Paulo, USP;

VANESSA HUCKLEBERRY PORTELLA SIQUEIRA
Master of Law (LL.M., 2003) em Direito de Empresas pelo Ibmec, IB-MEC-RJ; Mestre (2007) em Direito e Economia pela Universidade Gama Filho, UGF.

VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE
Mestre (2003) em Direito pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Doutora (2006) em Direito pela Universidade Gama Filho, UGF; Pós-Doutora (2010) em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, FGV.

VICTOR AGUIAR DE CARVALHO
Mestre (2016) e Doutorando em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

VICTOR CAMPOS CLEMENT LEAHY
Pós-Graduado (2012) em Direito do Estado e da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ.

VICTOR FARJALLA
Mestre (2003) em Direito pela Universidade Estácio de Sá, UNESA.

VIRGINIA TOTI GUIMARÃES
Mestre (2011) em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutora (2016) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

VITOR RHEIN SCHIRATO
Mestre (LL.M, 2005) em Direito Administrativo Econômico pela Universität Osnabrück, Alemanha; Doutor (2011) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, USP; Professor da Universidade de São Paulo, USP.

Id: 2247837

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR -GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 4539 DE 14 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE, CRIADA PARA A CONDUÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES ENVOLVENDO AGENTES PÚBLICOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 6º, IV, da Lei Complementar nº 15/80, e tendo em vista o que dispõe o art. 19-A, da Lei nº 4.720/06, incluído pela Lei nº 6.372/2012, e

CONSIDERANDO que a Resolução PGE nº 4.152/2017, com as alterações introduzidas pelas Resoluções PGE nº 4.184/2018, nº 4.198/2018 e nº 4.255/2018, disciplina a Comissão Disciplinar Permanente prevista no art. 19-A, § 3º, da Lei nº 4.720/2006, incluído pela Lei nº 6.372/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, como Presidente e respectivo suplente, da Comissão Disciplinar Permanente criada pela Resolução PGE nº 4.152/2017, os seguintes Procuradores do Estado:

Titular: GISELLE WEBER MARTINS ALVES - ID: 43871836;
Suplente: ANDREA BRAGA PEIXOTO PONTES - ID: 43355617.

Art. 2º - Fica designada como membro suplente da Comissão Disciplinar Permanente criada pelo art. 31, da Resolução PGE nº 4.152/2017, para o lugar anteriormente ocupado pela Analista Processual NAJLA MEDEIROS HASAN JABER, ID 43600220, a Analista Processual RAQUEL LOUZADA TASSARI, ID 44193750.

Art. 3º - Os demais membros da Comissão Disciplinar Permanente, designados pela Resolução PGE nº 4.201/2018, continuam a integrar a até o final do presente mandato e ficam reconduzidos para o exercício por mais 2 (dois) anos, na forma do §1º, art. 31 da Resolução PGE nº 4.152/2017.

Art. 4º - Os processos administrativos disciplinares já em curso prosseguirão sob a condução da Comissão Disciplinar Permanente, agora presidida pelo Procurador designado por esta Resolução, que será substituído por seu suplente, nos casos de ausência, suspeição ou impedimento.

Art. 5º - Fica revogada a Resolução PGE nº 4.349, de 01 de fevereiro de 2019, publicada no DOERJ de 04 de fevereiro de 2019.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor em 18 de abril de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2020

MARCELO LOPES DA SILVA
Procurador-Geral Do Estado

Id: 2247968

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃODESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 13.04.2020

PROCESSO Nº SEI-140001/007393/2020 - JOÃO MORAES NETO - Procurador do Estado - Id. Funcional nº 5032046-7. **CONCEDO** o benefício de ajuda de custo para mudança, nos termos do Art. 57-B da Lei Complementar nº 15/80 e art. 6º, Parágrafo Único da Resolução PGE nº 2166/2006, na redação que lhe foi conferida pela Resolução PGE nº 3826/15, relativa à mudança de lotação, realizada a contar de 20/01/2020, pela Resolução PGE nº 4495, de 08/01/2020.

Id: 2247839

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO DO SUBPROCURADOR GERAL
DE 13.04.2020

PROC. Nº SEI-140001/000012/2020 - RATIFICO a dispensa de licitação, em conformidade com o art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8666/93, em favor de IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

RO, no montante de R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais), nos termos da autorização do Procurador-Assistente do CEJUR, autoridade Ordenadora de Despesas.

Id: 2247848

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃODESPACHOS DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 13.04.2020

PROC. Nº SEI-14/001/003065/2020 - FLAVIO DE ARAUJO WILLEMANN, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19222548, correspondente ao período de 27/02/2020 a 17/03/2020 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002969/2020 - GISELLE WEBER MARTINS ALVES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871836, correspondente ao período de 04/03/2020 a 31/03/2020 (28 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/003079/2020 - CÉSAR VERGUEIRO CHRIS-MANN, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19232772, correspondente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2020 (31 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/005044/2020 - BRUNO BINATTI DA COSTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42665531, correspondente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2020 (31 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002533/2020 - MARIANA LOJAS TAPIAS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220260, correspondente ao período de 02/03/2020 a 31/03/2020 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002712/2020 - CHRISTIANO DE OLIVEIRA TA-VEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233353, correspondente ao período de 03/03/2020 a 27/03/2020 (25 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002558/2020 - JONER AUGUSTUS TOLEDO DE CARVALHO FOLLY, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19222653, correspondente ao período de 10/03/2020 a 31/03/2020 (22 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/003071/2020 - BRUNO TEIXEIRA DUBEUX, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41955048, correspondente ao período de 27/02/2020 a 17/03/2020 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/005051/2020 - LEONARDO CARRILHO JORGE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871976, correspondente ao período de 13/03/2020 a 31/03/2020 (19 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/007518/2020 - ANA CAROLINA SOARES PIRES DE MELLO FREIRE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871445, correspondente ao período de 27/02/2020 a 13/03/2020 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002593/2020 - CRISTINA TAVES DE CAMPOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19227051, correspondente ao período de 09/03/2020 a 27/03/2020 (19 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/007228/2020 - DENIS MOREIRA MONASSA MARTINS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42717710, correspondente ao período de 31/01/2020 a 09/02/2020 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002916/2020 - PEDRO GUIMARÃES LOULA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42665930, correspondente ao período de 09/03/2020 a 07/04/2020 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002552/2020 - JULIANA DE SOUZA REIS VIEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954807, correspondente ao período de 03/03/2020 a 31/03/2020 (29 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002535/2020 - LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA MAIA CRUZ, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19214448, correspondente ao período de 27/02/2020 a 27/03/2020 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002964/2020 - NATALIA FARIA DE SOUZA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43592953, correspondente ao período de 17/03/2020 a 31/03/2020 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/007516/2020 - GLAUCO SILVA MENEZES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 32123450, correspondente ao período de 02/03/2020 a 31/03/2020 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/007506/2020 - JANAINA MARIA LOPA VALLADO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233655, correspondente ao período de 27/02/2020 a 27/03/2020 (30 dias).

Louvada nas informações prestadas pelo chefe imediato, **AUTORIZO.**

Id: 2247746

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 31.03.2020
PÁGINA 12 - 2ª COLUNA

Proc. nº SEI-14/001/007017/2020 e Proc. nº SEI-14/001/007015/2020

Onde se lê:

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 25.03.2020

Leia-se:

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 19.03.2020

Id: 2247748

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO LEÃO XIII

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio Proposta nº 730.
PARTES: Fundação Leão XIII e Instituto Nacional de Assistência Trabalho Oportunidade e Saúde.
OBJETO: Cogestão do Lote I, a compreender os equipamentos CRS Campo Grande e a Vila Residencial dos Idosos de Sepetiba, atendimento integral, proteção da alta complexidade, na modalidade Abrigo Institucional em caráter excepcional e provisório, para adultos e para pessoas idosas, com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes ou com grau de dependência até II, priorizando pessoas vitimizadas por violação de direitos em razão de negligência, abandono ou em situação de rua e com vistas a sua reinserção.
DATA DE ASSINATURA: 08 de abril de 2020.
PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de 08/04/2020.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 6.410.407,35 (seis milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e sete reais e trinta e cinco centavos)
NOTA DE EMPENHO: 2020NE00102.
FUNDAMENTO: Lei nº 13019/2014 e Resolução Casa Civil nº 350/2014.
PROCESSO Nº E-16/004/1734/2019.
*Omitido D.O. de 14/04/2020.

Id: 2247847

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 015/2019 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a JOSÉ RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO TRANSPORTADORA - ME.
OBJETO: prorrogação do prazo de execução dos serviços.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 1.036.800,00 (um milhão, trinta e seis mil e oitocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 25/03/2020.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.952/2018 (Nacional - CN nº 203/2015).

Id: 2247792

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 143/2019 (DPR).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a WAP - AIR REFRIGERAÇÃO LTDA.
OBJETO: Corrigir o erro material verificado no Aditivo nº 01 ao Contrato nº 143/2019, onde constou, por equívoco, previsão de acréscimo contratual não aprovado em REDIR, no valor de R\$ 224.897,76 (duzentos e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos), altera-se a redação das cláusulas Primeira e Terceira do referido instrumento (1º aditivo).
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR TOTAL: Sem alteração do valor contratual.
DATA DE ASSINATURA: 23/03/2020.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.346/2019 (Pregão Eletrônico - PE nº 631/2019).

Id: 2247793

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 613/2020 - AD-PR-31.
OBJETO: Serviço de locação de retroescavadeira, caminhão com guindaste (MUNCK) e veículos tipo pick-up para atendimento da Diretoria da Região do Interior (DRI).

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que a licitação em referência que se encontrava adiada sine-die, será realizada no dia 05/05/2020, às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2247866

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: LI Nº 002/2020-ADPR-31.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OBRA PARA PROTEÇÃO DA TOMADA D'ÁGUA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO GUANDU (ETA-GUANDU).

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados, que a licitação em referência que se encontrava marcada para o dia 17/04/2020, fica adiada "sine die".

Id: 2247981

Secretaria de Estado de Fazenda

EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, conforme determinação do art. 5º, da Resolução SEFAZ nº 239, de 09 de abril de 2018, **CONVOCA** os interessados a apresentar impugnação aos valores arbitrados no Processo Administrativo nº SEI-040224/000043/2020 (Processo Físico nº E-04/223/000011/2020), referente à incorporação de Mercadorias e Bens ao Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 30 dias, conforme tabela abaixo.

PLANILHA DE ARBITRAMENTO DAS MERCADORIAS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - ETAPA 02 (Resolução SEFAZ nº 239/2018)

Item	Descrição ou bem ou mercadorias	Data de apreensão	Quant. Apreendida (L)	Nº Auto de Infração	Data Lavratura	Autuado	CNPJ / CPF	Processo nº	Situação	Valor Unit. Arbitrado (R\$)	Valor da CDA (R\$)	Valor Dev. Abat. Outros Créditos (R\$)	
Depositário Fiel: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - CNPJ 33.337.122/0213-96													
1	Álcool Etilíco Hidratado Combustível - AEHC	27/04/2019	45.000	03.583046-2	29/04/2019	Esperanças Transportes Ltda ME	30.895.715/0001-10	E-04-211-009558/2019	Inscrito em Dívida Ativa	4,2420,00	190.890,00	184.420,71	6.469,29